

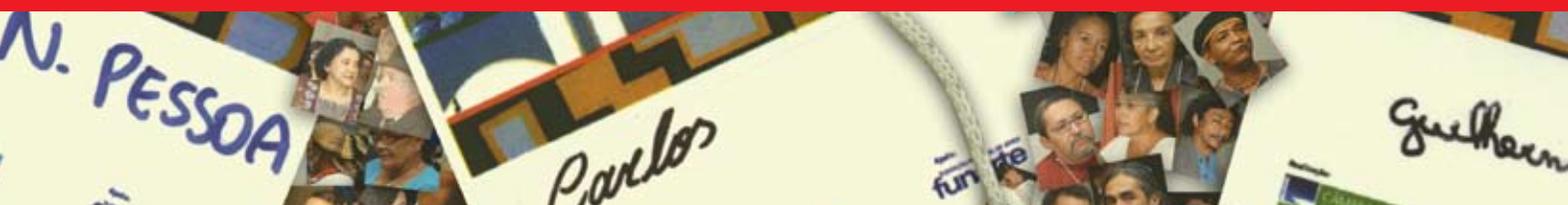


Por que aprovar o

PLANO NACIONAL DE CULTURA



Conceitos, participação e expectativas



Por que aprovar o

PLANO NACIONAL DE CULTURA

Conceitos, participação e expectativas

www.cultura.gov.br/pnc

realização

Ministério
da Cultura



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA CULTURA
Juca Ferreira

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Alfredo Manevy

SECRETÁRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS
José Luiz Herencia

SECRETÁRIO DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS
Célio Turino

SECRETÁRIO DA IDENTIDADE E DA DIVERSIDADE CULTURAL
Américo Córdula

SECRETÁRIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
Silvana Meireles

SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL
Sílvio Da-Rin

SECRETÁRIO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA
Roberto Nascimento

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (CNPC)
Gestão 2008-2009

Instituições vinculadas

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)
Luiz Fernando de Almeida

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM)

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE)
Manoel Rangel

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL
Muniz Sodré

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA
José Almino de Alencar

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Zulu Araújo

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)
Sérgio Mamberti

Representações regionais

SÃO PAULO
Cecília Garçon

RIO DE JANEIRO
Adair Rocha

MINAS GERAIS
Aída Ferrari

NORDESTE
Tarciana Portella

SUL
Rozane Dalsasso

NORTE (INTERINO)
Delson Cruz

Secretaria de Políticas Culturais

GERENTE DE POLÍTICAS CULTURAIS
Maurício Dantas

GERENTE DE ESTUDOS E PESQUISAS
Pablo Martins

COORDENADOR-GERAL DE DIREITO AUTORAL
Marcos Souza

COORDENADORA-GERAL DO GABINETE DO SECRETÁRIO
Dulcinéia de Fátima de Miranda

Seminários do Plano Nacional de Cultura

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura
Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
Secretarias e órgãos estaduais de cultura

EQUIPE DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

Maurício Dantas (coordenador), Arianne Carla Silva Farias, Daniel Hora, Geisa Teixeira Santos de Macêdo, Marcelo Veiga, Nara Torrecilha, Pedro Biondi, Pedro Domingues

Caderno “Por que Aprovar o Plano Nacional de Cultura”

Brasília, abril de 2009.

www.cultura.gov.br/pnc

Publicação elaborada em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca - SAC

EDIÇÃO

Daniel Hora e Pedro Biondi, com base no caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura” e em outros documentos do ministério. Colaboração de Pedro Domingues (concepção), Giselle Dupin (síntese sobre diversidade cultural) e Nara Torrecilha

PROJETO GRÁFICO

Arthur Fajardo

Assistentes de arte: Flavia Ocaranza e Wellinton Lenzi / Fajardo & Ranzini Design Gráfico

FOTOS DA CAPA

Márcio H. Martins, Videojan, TT Catalão e acervo Iphan (Wilson Avelar, Márcio Vianna e Tadeu Gonçalves)

Ministério da Cultura (MinC)

Esplanada dos Ministérios, Bloco B. CEP 70068-900 Brasília – DF

www.cultura.gov.br

Contatos

Secretaria de Políticas Culturais

(61) 3316-2331

Gerência de Políticas Culturais - coordenação do Plano Nacional de Cultura

(61) 3316-2283

pnc@cultura.gov.br

A afirmação do direito à cultura

A igualdade e a plena oferta de condições para a expressão e a fruição culturais são cada vez mais reconhecidas como direitos humanos. A Constituição de 1988, em seu artigo 215, reafirma essa compreensão. Mas, para que tais direitos sejam incorporados ao cenário político e social brasileiro, é necessário que um amplo acordo entre diferentes setores de interesse defina um referencial de compartilhamento de recursos coletivos. O estatuto legal dos direitos culturais, em nível nacional e internacional, necessita, assim, ser fortalecido por consensos que garantam sua legitimidade. O Plano Nacional de Cultura (PNC) representa um importante passo nessa direção. Trata-se do primeiro planejamento de longo prazo (valerá por dez anos) do Estado brasileiro para a área cultural. Sua elaboração como projeto de lei é obrigatória por determinação da Constituição desde que o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 48, em 2005. Portanto, o PNC se estabelece em consonância com a nossa Carta Magna e contribui para a consolidação da democracia no Brasil. E vai virar lei.

Um pacto a comemorar e implementar

Temos uma das mais ricas e diversas culturas do mundo, fruto da construção coletiva de milhões de brasileiros e brasileiras, muitas vezes anônimos. Esse é um patrimônio que, além de enriquecer nossa identidade nacional, ancora uma produção econômica que já responde por 8% da economia brasileira, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Ao mesmo tempo que nos traz alegria, tal riqueza cultural aumenta a responsabilidade da sociedade e de todas as esferas do poder público. Exige também do Estado um constante aprimoramento dos marcos legais que zelam e estimulam essa diversidade.

O Congresso Nacional é uma das esferas do Estado que vêm dando sinais mais claros de que assumiram essa tarefa para si. São provas disso a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, com quase 400 integrantes, e a aprovação, por unanimidade nas duas Casas, de projeto de lei que melhora a estrutura do Ministério da Cultura e cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Agora, outros desafios importantes se colocam. Reformar a Lei do Direito Autoral, modernizar a Lei de Incentivo à Cultura e aprovar o Sistema Nacional de Cultura são alguns deles. Mas o mais ambicioso dos projetos é o Plano Nacional de Cultura, que colocará as diretrizes da política cultural para todas as esferas da federação.

O Plano Nacional de Cultura se constitui numa das peças fundamentais à pavimentação de um caminho estrutural e de longo prazo para a concretização dessa potencialidade, que tem muito a contribuir com um novo modelo de desenvolvimento, sustentável e incluyente.

A parceria entre governo federal e Congresso está sendo fundamental nessa construção. O Plano não tem antecedentes no setor no período democrático. Foi tecido a milhares de mãos, com um pé no “barro do chão” do dia-a-dia – de onde emanam nossas manifestações culturais – e outro na precisão dos dados, com os

olhos atentos ao passado e ao lugar aonde queremos chegar. Seu texto tem origem na 1ª Conferência Nacional da Cultura, em 2005 – da qual participaram mais de 60 mil pessoas – e de outros encontros e pesquisas.

Quatro mil, duzentos e quarenta brasileiros e brasileiras, depois, participaram dos grupos de trabalho que se reuniram para aperfeiçoar o conteúdo do PNC nos seminários nas 27 unidades da federação. O texto também foi revisto pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) – que congrega poder público e sociedade civil – e recebeu por volta de 100 sugestões de mudança a partir de fórum mantido na internet pelo Ministério da Cultura.

Todo esse processo confere à proposta um amplo respaldo social e a certeza de um conteúdo muito amadurecido. O Plano Nacional de Cultura vai orientar, durante dez anos, as políticas públicas do setor no País, com revisões periódicas para que atinja seus objetivos. Dará as diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Cultura, que por sua vez estabelecerá o compartilhamento de responsabilidades para sua concretização. Ambos vão alimentar as futuras edições da Conferência Nacional de Cultura e serão alimentados por elas – a segunda, prevista para o começo do ano que vem.

O texto do PNC se encontra, neste mês de abril, passando por um último aperfeiçoamento, a cargo do Ministério, do Congresso e de especialistas. Em breve, estará nas mãos do Congresso Nacional e de seus integrantes, legítimos representantes do povo brasileiro, a aprovação desse plano, consagrando assim um amplo pacto no território nacional que permitirá à cultura a efetivação de seu potencial para nosso desenvolvimento como nação. Um pacto a comemorar e a implementar – juntos, governo e Congresso, Estado e sociedade civil.

Juca Ferreira
Ministro da Cultura

Sumário

INTRODUÇÃO

Conceitos e histórico do PNC.....	12
O processo de elaboração.....	16
PNC – Linha do Tempo.....	17
Pontos de partida para a etapa final	21

POLÍTICA PÚBLICA

Estruturas para a gestão.....	26
O PNC e o papel do Estado nas políticas culturais, por José Luiz Herencia e Mauricio Dantas ...	28

DIVERSIDADE

Respeito e reconhecimento	29
Como funciona a convenção da Unesco	31

PARTICIPAÇÃO

Consulta, compartilhamento e debate	32
Ano de mobilização e discussão	34
O relato de quem participou	72
Nas telas, nas páginas e nos microfones	76

IMPLEMENTAÇÃO

Planejar é preciso	80
Etapas futuras.....	81
Sistema de acompanhamento e avaliação.....	82

Conceitos e histórico do PNC

UM PLANO ESTRATÉGICO PARA TODOS OS BRASILEIROS

O PNC busca abranger as demandas culturais dos brasileiros e brasileiras de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas, faixas etárias e demais situações de identidade. Lidar com tal diversidade faz parte de nossa história, mas os desequilíbrios entre regiões e as desigualdades sociais – realimentadas por discriminações étnicas, raciais e de gênero – também atravessam a construção do País.

O Estado brasileiro tem o dever de fomentar o pluralismo e promover a equidade no acesso à produção e ao usufruto dos bens e serviços culturais.

O PNC é um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas. Toma como ponto de partida um abrangente diagnóstico sobre as condições em que ocorrem as manifestações e experiências culturais e propõe orientações para a atuação do Estado, com controle social, na próxima década.

CULTURA: EXPRESSÃO SIMBÓLICA, CIDADANIA E POTENCIAL ECONÔMICO

Com frequência, a política cultural é pensada com ênfase exclusiva nas artes consolidadas. Considerando que a diversidade cultural é o maior patrimônio da população brasileira, no âmbito do Plano Nacional de Cultura busca-se transcender as linguagens artísticas, sem contudo minimizar sua importância. Uma perspectiva ampliada, que articula as diversas dimensões da cultura, ganhou espaço na estrutura de financiamento público nos últimos anos e é um dos pilares do PNC.

DIMENSÃO SIMBÓLICA

O PNC retoma o sentido original da palavra cultura e se propõe a “cultivar” as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades. Para desfazer relações assimétricas e estimular a diversidade, prevê a presença do poder público nos diferentes ambientes e dimensões em que a cultura brasileira se manifesta. As políticas culturais devem reconhecer e valorizar esse capital simbólico, por meio do fomento à sua expressão múltipla, gerando qualidade de vida, autoestima e laços de identidade entre os brasileiros.

DIMENSÃO CIDADÃ

Os indicadores de acesso a bens e equipamentos culturais no Brasil refletem conhecidas desigualdades e estão entre os piores do mundo. Apenas uma pequena parcela da população tem o hábito da leitura. Poucos frequentam teatros, museus ou cinemas. A infraestrutura cultural, os serviços e os recursos públicos alocados em cultura demonstram ainda uma grande concentração em regiões, territórios e estratos sociais.

O acesso universal à cultura é uma meta estruturante do Plano que se traduz por meio de estímulo

à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição e intensificação das capacidades de preservação do patrimônio.

DIMENSÃO ECONÔMICA

A cultura também deve ser vista e aproveitada como fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda e, como tal, protegida e promovida pelos meios ao alcance do Estado. Hoje, o setor, como lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira, apresenta-se como parte constitutiva do novo cenário de desenvolvimento socialmente justo e sustentável. A implementação do PNC apoiará de forma qualitativa o crescimento econômico brasileiro. Para isso, deverá fomentar a sustentabilidade de fluxos de formação, produção e difusão. Para a realização dos objetivos citados até aqui, torna-se imperativa a regulação das “economias da cultura”, de modo a evitar os monopólios comerciais, a exclusão e os impactos destrutivos da exploração predatória do meio ambiente e dos valores simbólicos a ele relacionados.

O PNC COMO CONTEÚDO PARA ARTICULAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL BRASILEIRA

Ao Estado brasileiro – instância que formula, implementa, avalia e monitora as políticas públicas de cultura – está posto o desafio de construir um projeto pactuado com os diferentes atores e instituições da sociedade.

Para otimizar os investimentos públicos na área da cultura são necessários canais que viabilizem o diálogo duradouro entre indivíduos e coletividades criadoras, organizações, movimentos sociais e grupos culturais, empresas e empreendedores que atuam na área cultural, usuários e consumidores e os cidadãos em geral. O Sistema Nacional de Cultura surge como o mecanismo institucional capaz de viabilizar esse modelo de gestão, articulando e integrando os três entes federados e a sociedade civil. Os planos de cultura, nos três níveis da federação, formam um dos pilares fundamentais desse sistema, junto com o fortalecimento dos órgãos responsáveis pela gestão cultural, dos conselhos e conferências e dos sistemas de financiamento da cultura.

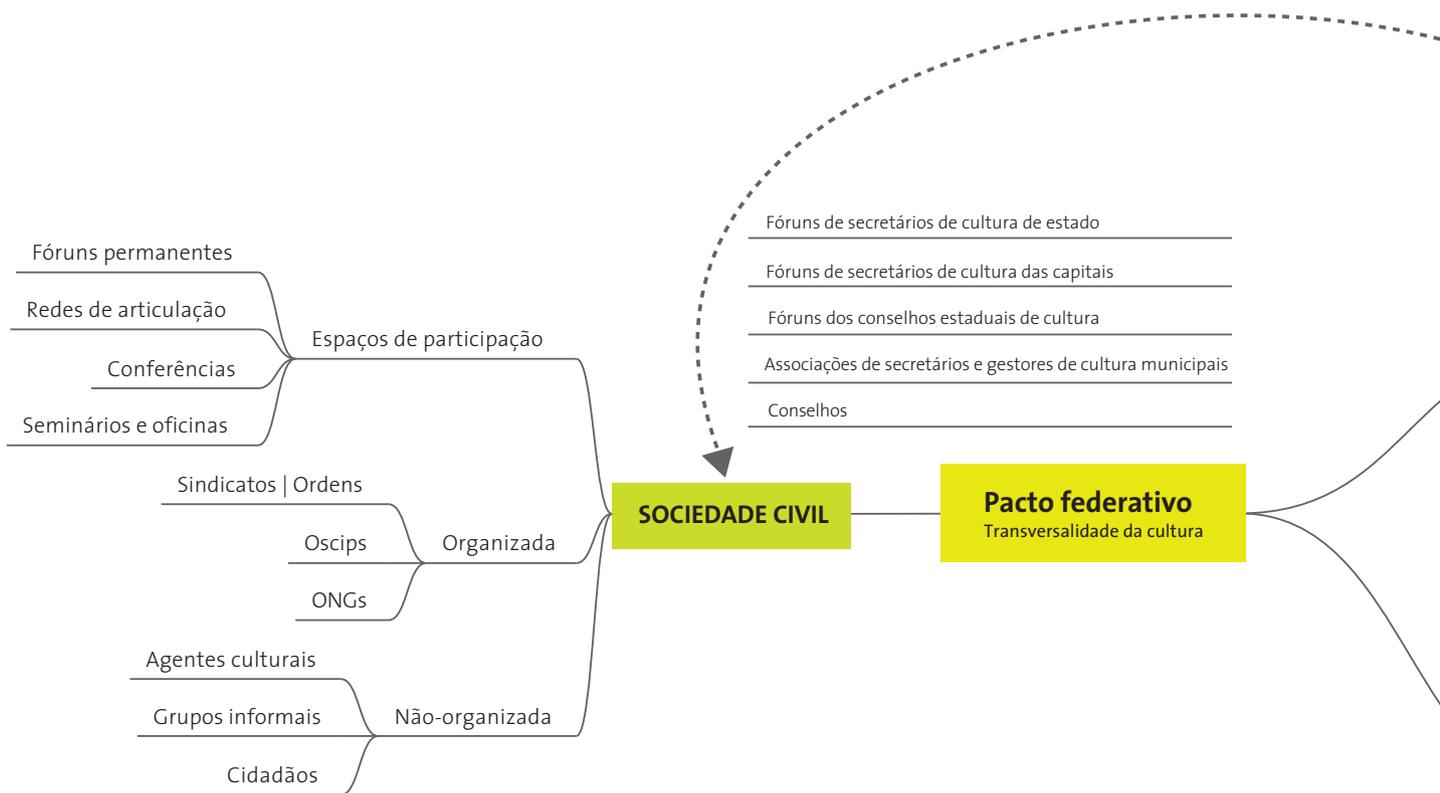
Na medida em que pactua linhas de ação condizentes com uma ampla construção federativa da política pública de cultura, o PNC deverá se tornar uma peça articuladora de diferentes políticas, planos, encontros e fóruns que aprofundem os compromissos gerais firmados.

Influenciando as conferências de cultura e sendo influenciado por elas, o PNC deverá ser atualizado várias vezes ao longo de sua vigência. Os movimentos culturais contarão com essa lei para qualificar suas ações e, sobretudo, como referência para fazer avançar novas conquistas.

O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

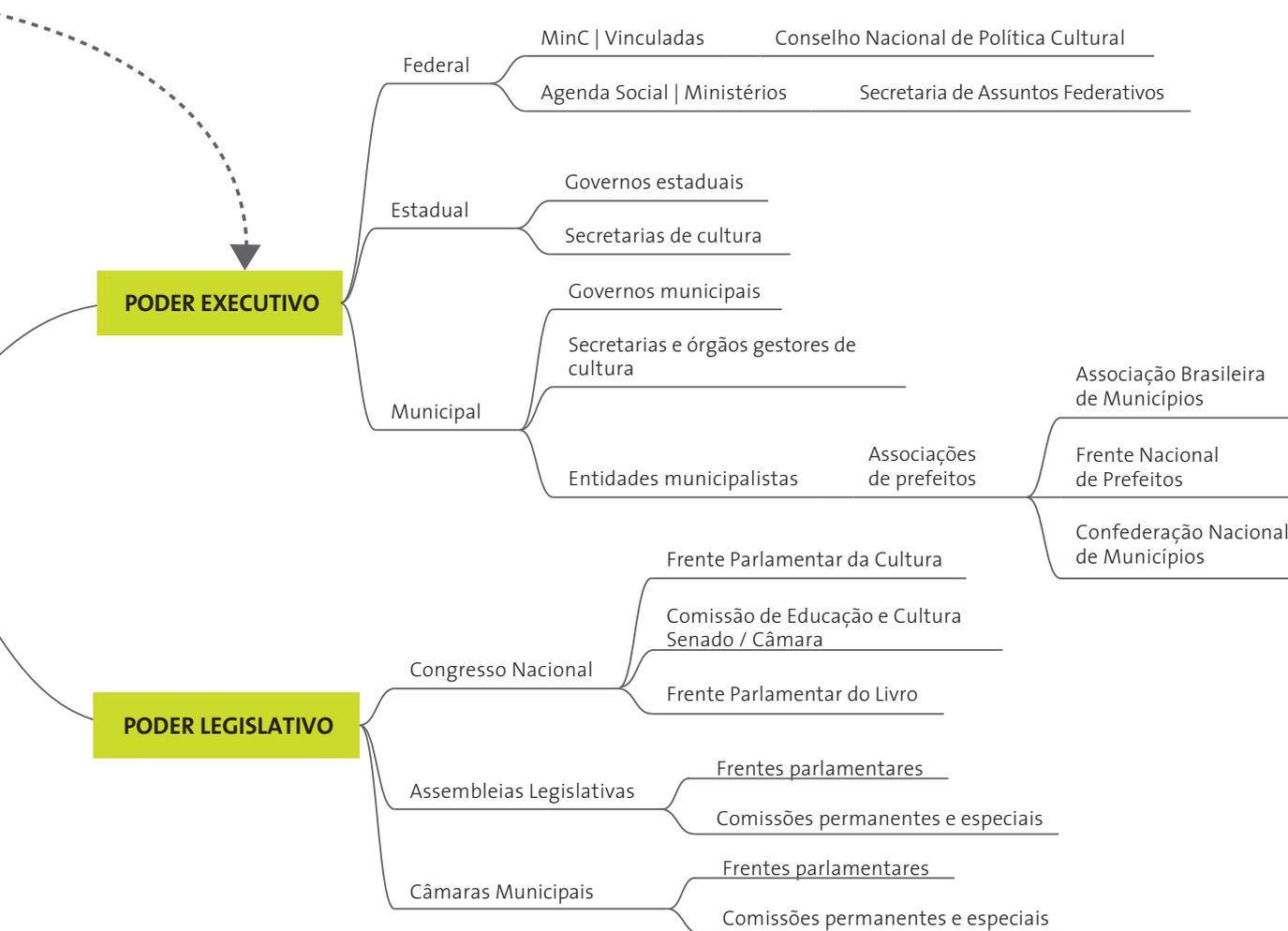
O Ministério da Cultura vem trabalhando na implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) desde 2003. O SNC se constitui num modelo para gestão e promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil. Representa, assim, um novo paradigma de gestão pública da cultura em nosso País.

A 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC), realizada em 2005, consistiu na primeira ação promovida de forma coordenada entre os três entes federativos e entre estes e as entidades e movimentos sociais.



Para o MinC, a realização da 1ª CNC foi uma estratégia para estimular e induzir a mobilização da sociedade e dos governos em torno da constituição do novo modelo de gestão de política cultural.

O Sistema Nacional de Cultura cuidará, entre outras ações, da operacionalização do PNC, ordenando o pacto de responsabilidades e a cooperação das instituições envolvidas. Por outro lado, são as ações decorrentes do Plano que darão forma e consistência ao Sistema, de modo que a consolidação dos dois caminhará de forma conjunta.



O processo de elaboração

A versão final do PNC que será apreciada pelo Congresso Nacional para ganhar o status de lei resulta de uma ampla discussão na sociedade. O percurso de construção coletiva do projeto é trilhado desde 2003 e reafirma a correspondência da ação do Estado com as dinâmicas sociais. O Seminário Nacional Cultura para Todos, em 2003, é o primeiro passo de uma série de ações voltadas ao envolvimento dos cidadãos na avaliação e no direcionamento dos rumos das políticas culturais. Também se destacam nesse conjunto de movimentos as Câmaras Setoriais, instâncias pelas quais os representantes de setores artísticos organizados, instituições e empreendimentos culturais contribuíram para o diagnóstico de demandas e a avaliação de prioridades.

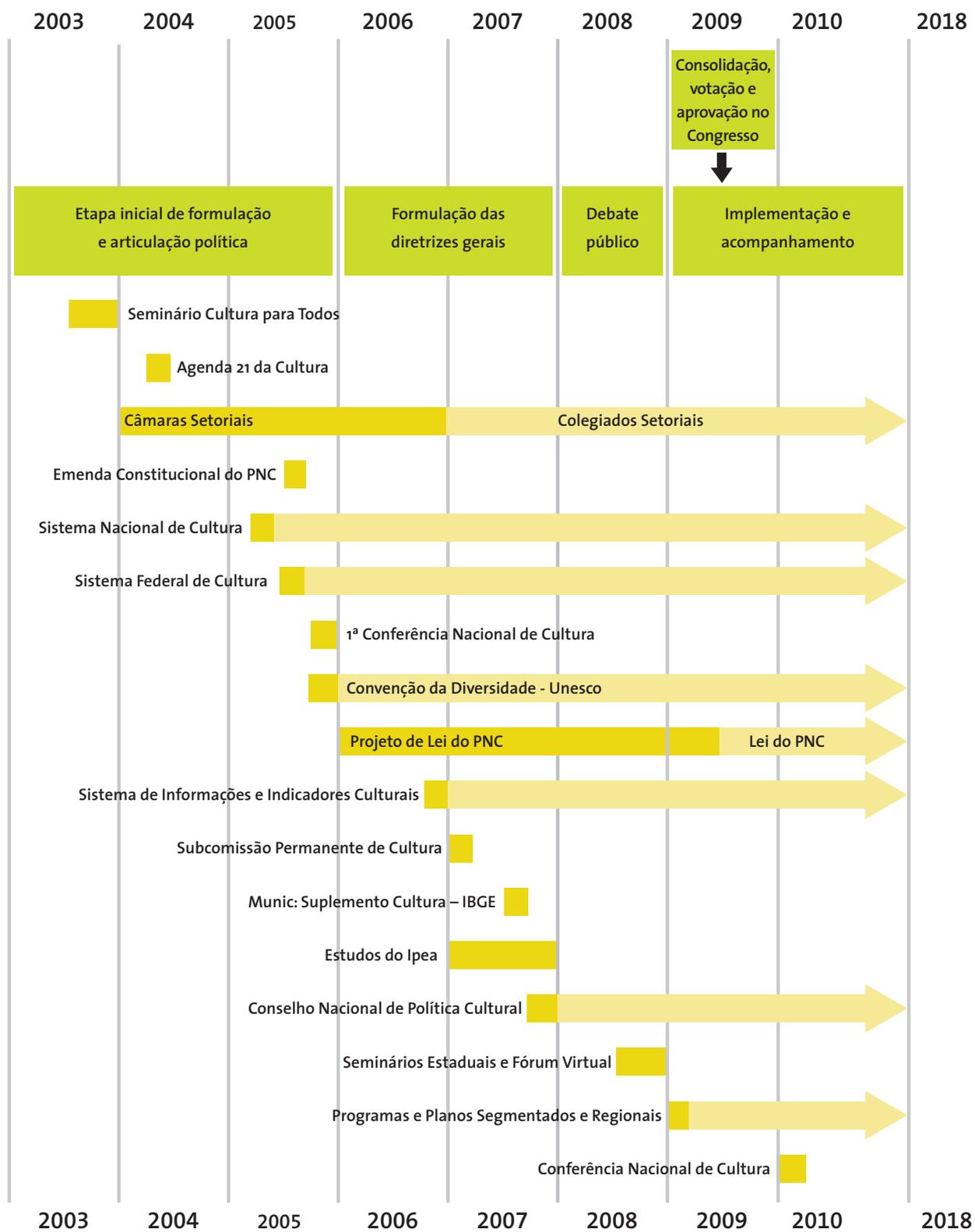
A experiência da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2005, completa a base de sustentação das diretrizes do Plano. As deliberações da CNC, encaminhadas ao Congresso Nacional em 2006, como ponto de partida do projeto de lei do PNC, desdobram-se nos conceitos, valores, desafios, estratégias e diretrizes apresentados ao debate público por meio do caderno “Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura” e de sua versão digital disponibilizada na página do Ministério da Cultura na internet, no endereço www.cultura.gov.br/pnc.

O trabalho desenvolvido pelos poderes Executivo e Legislativo contou com o apoio de universidades, intelectuais, artistas, produtores e gestores públicos e privados. As diretrizes gerais do PNC estão embasadas no diálogo constante com esses agentes e nas proposições decorrentes de encontros ocorridos entre 2006 e 2007, como o Seminário Nacional dos Direitos Autorais, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural.

Aos subsídios levantados por meio dessas iniciativas se somou ainda a sistematização de dados socioeconômicos e de gestão pública, feita por meio de estudos e pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em 2008, o caderno de diretrizes passou por análise e revisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), foi debatido em seminários estaduais e permaneceu aberto a sugestões em fórum virtual. Tais ações visaram a assegurar a maior abrangência possível de envolvimento e participação de esferas governamentais e setores sociais identificados por fatores geográficos, artístico-culturais ou identitários. Esta publicação traz um balanço detalhado do processo.

PNC - Linha do Tempo



Principais etapas

O Plano Nacional de Cultura é resultado de um processo contínuo de discussões públicas, estudos e outras ações conjuntas entre instâncias do governo, sociedade civil e iniciativa privada. Confira as etapas principais dessa construção:

2003-2006

› Os 20 encontros do **Seminário Cultura para Todos**, em 2003, reúnem produtores, artistas, intelectuais, gestores, investidores e outros interessados no debate sobre as políticas culturais de várias partes do País. Os resultados das discussões representam o começo do processo de acúmulo de subsídios para a formulação e implementação do PNC.

› A **Agenda 21 da Cultura** é aprovada em maio de 2004, em Barcelona, pelo IV Fórum das Autoridades Locais de Porto Alegre pela Inclusão Social, no âmbito do I Fórum Universal das Culturas. O documento é formulado por cidades e governos locais de todo o mundo comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz.

› As **Câmaras Setoriais**, instituídas a partir de 2004, estabelecem instâncias de diálogo entre Estado e representantes dos segmentos artísticos, voltadas à elaboração de políticas setoriais e transversais de cultura. Os relatórios dos grupos de trabalho das Câmaras são a segunda fonte de subsídios para o PNC.

› A **Emenda Constitucional 48**, aprovada pelo Congresso em julho de 2005, a partir da proposta (PEC 306, de 2000) de autoria do deputado Gilmar Machado e de outros, determina a realização plurianual do Plano Nacional de Cultura. A mudança efetuada no texto da Constituição resultou na efetiva abertura do processo de construção democrática do PNC.

› É apresentada em junho de 2005, pelo deputado Paulo Pimenta, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 416, que prevê a instituição do **Sistema Nacional de Cultura**.

› O **Decreto 5.520**, de 24 de agosto de 2005, institui o **Sistema Federal de Cultura (SFC)**. Sua finalidade é a integração de instituições e programas relacionados às práticas culturais. Trata-se de um dos principais passos para a formação do Sistema Nacional de Cultura, rede que será responsável por implementar, acompanhar e avaliar o PNC.

› A **1ª Conferência Nacional de Cultura** é realizada entre setembro e dezembro de 2005, período em que ocorrem mais de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além de uma plenária nacional. O ciclo de discussões mobiliza mais de 60 mil pessoas, incluindo gestores de cerca de 1200 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal. As resoluções da CNC compõem o projeto de lei do PNC e são a base de desenvolvimento de suas diretrizes gerais.

› A **Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais** é adotada em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). O tratado é dedicado à garantia dos direitos de expressão da diversidade. Ratificada pelo Brasil em 2006, a convenção é o marco jurídico internacional para as políticas do PNC.

› Apresentado em março de 2006 pelos deputados Gilmar Machado, Iara Bernardi e Paulo Rubem Santiago, o **Projeto de Lei 6835** propõe a instituição do Plano Nacional de Cultura.

› O Ministério da Cultura lidera, desde 2006, o trabalho de **elaboração das diretrizes gerais do PNC**, considerando todos os subsídios acumulados até então, estudos produzidos por intelectuais, sugestões de gestores públicos e privados, pesquisas estatísticas, e o conteúdo de novos encontros de debate, como o Fórum Nacional de TVs Públicas e o Seminário Internacional de Diversidade Cultural (2007).

› O primeiro levantamento estatístico do **Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic)** é publicado no final de 2006 pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura. O documento apresenta uma série de informações relacionadas às condições da cultura no País, com base nos números da produção de bens e serviços, gastos públicos, consumo familiar e postos de trabalho no setor.

2007-2008

› A **Subcomissão Permanente de Cultura** da Câmara dos Deputados é formada em 2007 e passa a abrigar uma série de audiências públicas para o debate de propostas para o Plano Nacional de Cultura.

› Em setembro de 2007, o **IBGE** publica o **Suplemento Cultura** da pesquisa de informações básicas municipais (Munic). A publicação subsidia a elaboração da proposta de diretrizes gerais do PNC com uma série de dados, tais como a distribuição da malha institucional de gestão das políticas de cultura, as atividades culturais existentes e a infraestrutura de equipamentos e meios de comunicação disponíveis nos municípios brasileiros.

› O **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)** publica dois estudos sobre economia da cultura e políticas culturais em parceria com o MinC.

› O **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)** é instalado no final de 2007. A partir de março de 2008, uma comissão temática procede a uma revisão do caderno de diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura e submete propostas de aperfeiçoamento ao plenário do órgão. Esse trabalho deu origem à segunda edição do caderno.

› Os **Seminários Estaduais do Plano Nacional de Cultura** são organizados em todas as capitais do País em 2008. Além de representantes do MinC e da Câmara dos Deputados, participam dos debates gestores de instituições culturais públicas, privadas e civis, produtores, artistas e militantes de movimentos culturais. Uma página na internet oferece a possibilidade de contribuição remota durante a etapa conclusiva de discussão da proposta do PNC.

2009-2018

› A deputada Fátima Bezerra é escolhida **nova relatora** do projeto de lei do PNC na Câmara dos Deputados em abril de 2009. A parlamentar e sua assessoria passarão a trabalhar em conjunto com o MinC na incorporação das diretrizes debatidas com a sociedade ao texto do substitutivo do projeto, e na finalização deste.

› Após a **votação** pelos deputados federais, o projeto será apreciado no Senado e, uma vez aprovado, seguirá para a sanção presidencial. Em ambas as casas do Congresso Nacional, o projeto será analisado na Comissão de Educação e Cultura e na de Constituição e Justiça.

› Com a entrada em vigor da lei que trata do PNC, haverá a elaboração de **programas e planos segmentados e regionais** pelos órgãos de gestão das políticas de cultura do País. Essa etapa de planejamento terá como objetivo a tradução das diretrizes do Plano em ações e metas adequadas às especificidades das linguagens artísticas, práticas culturais, demandas de grupos populacionais e identitários e situações municipais, estaduais e regionais.

› A **2ª Conferência Nacional de Cultura**, prevista para março de 2010, deverá ser o primeiro grande encontro de debate público sobre as políticas culturais no período de vigência do Plano. Entre outros temas, o encontro deverá estimular a elaboração de planos estaduais e municipais e discutir **as estratégias de implantação e os instrumentos de avaliação e acompanhamento do PNC**.

› A efetiva **implementação** do PNC começa com a definição de responsabilidades das organizações públicas, privadas e civis e a subsequente execução compartilhada das iniciativas planejadas. Simultaneamente, entrará em funcionamento o **sistema de acompanhamento e avaliação** do Plano, que resultará em revisões periódicas das rotas inicialmente estabelecidas.

Pontos de partida para a etapa final

O caderno de diretrizes, a partir de diagnósticos setoriais e gerais e do acúmulo de discussão, identificava valores e desafios para as políticas culturais nos próximos dez anos. Eles embasavam e norteavam as prioridades e linhas de ação propostas, submetidas a debate público em 2008.

Os sete valores e conceitos destacados no caderno eram os seguintes:

1| Cultura, um conceito abrangente: expressão simbólica, direito de cidadania e vetor de desenvolvimento

– A cultura é constitutiva da ação humana: seu fundamento simbólico está sempre presente em qualquer prática social. Entretanto, no decorrer da história, processos colonialistas, imperialistas e expansionistas geraram concentrações de poder econômico e político produzindo variadas dinâmicas de subordinação e exclusão cultural. Na atualidade, como reação a esse processo de homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial, surgem iniciativas voltadas para a proteção e afirmação da diversidade cultural da humanidade. Tal perspectiva pressupõe maior responsabilidade do Estado na valorização do patrimônio material e imaterial de cada nação. Por essa ótica, a fruição e a produção de diferentes linguagens artísticas consolidadas e de múltiplas identidades e expressões culturais, que nunca foram objeto de ação pública no Brasil, afirmam-se como direitos de cidadania. Nesse contexto, reconhece-se hoje a existência de uma economia da cultura que, bem regulada e incentivada, pode ser vista como um vetor de desenvolvimento essencial para a inclusão social por meio da geração de ocupação e renda.

2| A cultura brasileira é dinâmica: expressa relações entre passado, presente e futuro de nossa sociedade

– A dinâmica cultural não pode ser pensada sem que se leve em conta a dialética entre a tradição e a inovação. Articulações entre elementos históricos e processos de (re)invenção cultural povoaram nosso passado, transformam o presente e apontam caminhos para um futuro com maior conexão entre cultura e cidadania. As fronteiras entre as expressões populares e eruditas, o conceito de patrimônio histórico, os cânones consagrados das linguagens artísticas e a própria noção de direitos autorais não são concepções estáticas, pois estão em constante processo de atualização. Portanto, são necessárias as constantes sinterlocações entre os legados de nossas matrizes culturais fundadoras, as linguagens do campo artístico, as dinâmicas territoriais locais e as demandas dos cidadãos e cidadãs das diferentes faixas etárias, situações profissionais, condições de vida e opções religiosas, políticas e sexuais. Tudo isso deve ser observado, especialmente sob o ponto de vista das oportunidades e implicações do uso das novas tecnologias de comunicação e informação, que caracterizam o mundo contemporâneo, digital e globalizado. Em favor da

diversidade, cabe ao poder público tanto preservar e avivar a memória nacional quanto garantir o pluralismo cultural, com seu caráter experimental e inovador.

3| As relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais – A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras. É o que nos ensina a cultura dos povos indígenas e o que deve ser um princípio organizador das políticas de cultura no Brasil. O PNC deve projetar suas diretrizes tomando como referência a biodiversidade e sua relação com os modelos de manejo assentados em culturas ancestrais dos povos ameríndios. A valorização das formas culturais e tecnológicas que preservam a natureza deve integrar-se a formas de uso sustentável das florestas e dos conhecimentos associados à experiência dos povos que nelas habitam.

4| A sociedade brasileira gera e dinamiza sua cultura, a despeito da omissão ou interferência autoritária do Estado e da lógica específica do mercado – Não cabe aos governos ou às empresas conduzir a produção da cultura, seja ela erudita ou popular, impondo-lhe hierarquias e sistemas de valores. Para evitar que isso ocorra, o Estado deve permanentemente reconhecer e apoiar práticas, conhecimentos e tecnologias sociais, desenvolvidos em todo o País, promovendo o direito à emancipação, à autodeterminação e à liberdade de indivíduos e grupos. Cabe ao poder público estabelecer condições para que as populações que compõem a sociedade brasileira possam criar e se expressar livremente a partir de suas visões de mundo, modos de vida, suas línguas, expressões simbólicas e manifestações estéticas. O Estado deve garantir ainda o pleno acesso aos meios, acervos e manifestações simbólicas de outras populações que formam o repertório da humanidade.

5| O Estado deve atuar como indutor, fomentador e regulador das atividades, serviços e bens culturais – A cultura deve ser vista como parte constitutiva de um projeto global de desenvolvimento de um país. Uma nação democrática e plural precisa contar com o papel indutor do poder público e com sua visão estratégica para estabelecer e zelar pelo cumprimento de regras equitativas de distribuição dos bens coletivos. A cultura, como campo de políticas de Estado, ultrapassa o tempo dos governos. Ao Estado cabe assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura, instituindo mecanismos duradouros de planejamento, validação, promoção e execução. Com esse objetivo, deve também garantir as fontes de financiamento e os recursos materiais e humanos necessários para a superação das disparidades regionais e diversificação dos repertórios culturais do País. Uma real democratização do acesso aos benefícios gerados pelos recursos públicos investidos na cultura deve gerar efeitos positivos em diferentes dimensões da vida social. As relações entre políticas de cultura e as demais políticas setoriais de Estado são fundamentais para assegurar os níveis desejados de transversalidade e integração de programas e ações. Conjugação políticas públicas de cultura com as demais áreas de atuação governamental é fator imprescindível para a viabilização de um novo projeto de desenvolvimento para o País.

6| Ao Ministério de Cultura cabe formular, promover e executar políticas, programas e ações na área da cultura

– O MinC não pode ser identificado exclusivamente como um mero repassador de recursos. Sua atuação deve se dar por meio da formulação de políticas públicas e de sua execução, de acordo com os princípios que regem a administração pública, do ponto de vista do pacto federativo brasileiro. Como um agente ativo e indutor da implementação de programas de Estado, o MinC tem pela frente as tarefas de promover interlocuções e entendimentos entre diferentes protagonistas da área cultural e executar ações abertas à gestão compartilhada com ministérios afins e órgãos estaduais e municipais. São suas atribuições, ainda, incentivar iniciativas que envolvam entes federados e organizações da sociedade civil e contribuir para a criação de redes de cooperação e implementação de conselhos e fóruns. A finalidade destes será congrega representantes do poder público e da sociedade civil para que acompanhem, validem, avaliem e atualizem a Política Nacional de Cultura.

7| O Plano Nacional de Cultura está ancorado na corresponsabilidade de diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil

– O PNC não se circunscreve à ação do Ministério da Cultura. Sua aprovação, em forma de lei, colocará definitivamente as questões da cultura na agenda de distintos organismos dos poderes municipal, estadual e federal e de amplos setores da sociedade. Com sua implementação, o poder legislativo, o poder executivo e as diferentes instâncias participativas vão constituir um novo padrão de legalidade, legitimidade, fomento, investimento e financiamento cultural. O Plano Nacional de Cultura inscreverá a dimensão cultural de forma coerente, abrangente e duradoura no processo de construção da democracia brasileira. Além de fortalecer o papel do Estado, o abrangente processo de elaboração e execução do Plano deve resultar no compromisso da sociedade brasileira consigo mesma, com seu presente, passado e futuro.

Os 33 desafios identificados eram:

- Proporcionar a capacitação e a profissionalização dos trabalhadores culturais como política estratégica para as linguagens e a experiência estética
- Ampliar o reconhecimento da multiplicidade das artes e dos artistas visuais
- Tornar o Brasil um grande produtor e exportador de audiovisual
- Estimular a valorização dos repertórios tradicionais e das novas modalidades circenses
- Valorizar e estimular a circulação das diversas práticas de dança
- Ampliar o acesso à produção de obras literárias
- Tornar a música popular brasileira um elemento dinamizador da cidadania e da economia
- Estabelecer uma política nacional de formação profissional, pesquisa, registro e difusão da música de concerto

- Ampliar o público e valorizar a inovação e a diversidade da produção teatral brasileira
- Fortalecer o uso do português e valorizar as línguas indígenas
- Reconhecer e promover as condições de produção e fruição das culturas populares
- Promover a culinária como registro e expressão da diversidade brasileira
- Estimular a produção de design, moda e vestuário como meios de expressão da diversidade e dinamização estratégica da economia
- Considerar a diversidade na perspectiva multidimensional da cultura
- Reconhecer, qualificar e apoiar a experiência de ONGs e grupos culturais atuantes em comunidades pobres e vulneráveis
- Qualificar a vivência cultural na infância, juventude e terceira idade
- Reconhecer e apoiar as expressões e o patrimônio cultural afro-brasileiro
- Reconhecer e valorizar as culturas indígenas e suas expressões simbólicas como vetor de enriquecimento humano
- Combater as desigualdades regionais e desconcentrar a infraestrutura e os meios de acesso cultural
- Proteger e promover o patrimônio artístico e cultural e dinamizar a atuação dos museus
- Transformar o Brasil em um país de leitores
- Ampliar o uso dos meios digitais de expressão e acesso à cultura e ao conhecimento
- Equilibrar o respeito aos direitos autorais e a ampliação do acesso à cultura
- Qualificar a presença da cultura brasileira no exterior
- Fortalecer a esfera autônoma da crítica como elo indispensável na dinâmica cultural
- Incorporar a dimensão territorial na implementação da política de cultura, valorizando o enfoque regional, urbano e rural
- Contribuir para qualificar a educação formal e a formação cidadã dos brasileiros
- Promover a presença da diversidade cultural e regional nos meios de comunicação e fortalecer a televisão pública brasileira
- Reconhecer a inovação científica e tecnológica como valor estratégico para a cultura
- Desenvolver o turismo cultural sustentável através da valorização da diversidade
- Ampliar as capacidades de planejamento e gestão da política de cultura no Brasil
- Diversificar e fortalecer as fontes de financiamento das políticas culturais
- Garantir a participação da sociedade civil na gestão da política de cultura

Com base nas discussões de 2008, parte dos desafios identificados deverá ser mantida nos objetivos do Plano e outra parte passará por alteração, agrupamento ou desdobramento (ver pág. 34). O trabalho de sistematização apontou alguns objetivos e ações como itens de caráter mais específico que o do PNC, e, portanto, mais adequados para a formulação de planos setoriais. As cinco estratégias gerais (eixos), por outro lado, foram reafirmadas ao longo dos debates.

As cinco estratégias do PNC

1. Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais

2. Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira

3. Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural

4. Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável

5. Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais

Estruturas para a gestão

As políticas públicas são o conjunto de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa a dar conta de determinada demanda. O ciclo dessas políticas envolve a formação da agenda, a formulação, a tomada de decisões, a implementação, o monitoramento e a avaliação.

A estruturação de uma política pública contínua para a cultura acumula avanços significativos nos anos recentes. O alargamento do campo de atuação das políticas do setor, o reforço das instituições responsáveis e a promoção de mecanismos mais transparentes e igualitários de apoio à produção e fruição culturais são exemplos de iniciativas nesse sentido.

No campo institucional, um dos destaques é a Lei 11.906, sancionada em janeiro de 2009. Ela cria o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e prevê a abertura 425 cargos efetivos, 350 cargos em comissão e 69 funções gratificadas no Ministério da Cultura e em suas instituições vinculadas.

Com a formação do Sistema Nacional de Cultura, a partir do compartilhamento de recursos e responsabilidades na execução de programas, a administração pública federal, estadual e municipal busca um patamar inédito de gestão integrada e eficiente. O Mais Cultura contribui para isso, ao estabelecer cooperação federativa e parcerias com outros ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil para a implementação de suas ações. O programa, que integra a Agenda Social do governo federal, parte do reconhecimento da cultura como necessidade básica.

Por sua vez, a atividade do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e as diversas instâncias de participação social, a exemplo da Conferência Nacional de Cultura e dos constantes fóruns e seminários temáticos, articulam as instâncias de governo com os interesses e demandas dos diversos agentes culturais presentes na sociedade civil.

Para orientar as decisões de investimento de recursos públicos na área cultural e sustentar o acompanhamento e avaliação de seus efeitos, encontra-se em consolidação o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic). Formado, inicialmente, pelo conjunto de pesquisas e estudos desenvolvidos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o sistema já fornece diversos dados sobre o acesso à produção e à fruição da cultura, o desempenho das atividades econômicas atreladas ao setor e a infraestrutura de gestão pública de suas políticas, bem como dos equipamentos e meios de difusão envolvidos em sua execução.

Segundo o suplemento de cultura da pesquisa Munic, do IBGE, 57,9% dos municípios afirmam executar uma política de cultura. Isso não significa, no entanto, que a elaboração e a concretização desse conjunto de ações se deem da melhor forma possível. Apenas 6,8% das cidades contam com uma secretaria ou fundação pública exclusiva para a área. O aumento da participação social aparece como um dos principais

objetivos dessa política em menos de um terço (28,8%) do total. Embora a criação de conselhos municipais tenha se acelerado a partir de 2005, eles estão presentes em pouco mais de um sexto (17%) dos municípios.

O financiamento da política pública de cultura é outro tema em discussão e amadurecimento. A ampliação e diversificação das fontes de recursos é o cerne da reforma da chamada Lei Rouanet, debatida pelo Ministério da Cultura, por outras instituições do Estado e pela sociedade desde 2008, a ser encaminhada ao Congresso Nacional após consulta pública estabelecida até maio.

O reforço financeiro e gerencial para o Fundo Nacional de Cultura e o estabelecimento de uma rede de fundos estaduais e municipais são propostas centrais para a renovação do modelo de financiamento e a distribuição equitativa de apoio à expressão e fruição da diversidade brasileira. Além disso, a estruturação de programações específicas destinadas aos vários setores compreendidos pelas políticas de cultura, a exemplo do Fundo do Audiovisual, lançado no final de 2008, deverão contribuir para um atendimento mais plural e republicano dos diferentes segmentos do patrimônio e da produção artística, literária e cultural.

A reforma da Lei de Incentivo também visará estender à distribuição, ao consumo e à fruição cultural o apoio hoje dado à produção. Com o Vale Cultura, o trabalhador brasileiro receberá um valor para adquirir produtos e ingressos. Todas essas ações devem ser amparadas por um orçamento adequado, que se espera alcançar com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150, cujo texto prevê a destinação mínima para a cultura de 2% do orçamento da União, 1,5% dos orçamentos dos estados e do Distrito Federal e 1% dos orçamentos municipais.

Outra iniciativa de estruturação em andamento é a série de debates públicos para reflexão sobre a política de direito autoral e propriedade intelectual e eventual revisão da respectiva legislação. Seu objetivo será promover o equilíbrio entre os interesses dos criadores e dos agentes econômicos e as dinâmicas de ampliação do acesso à cultura para a população.

Todo esse processo democrático de afirmação do papel do Estado, seja no que diz respeito a infraestrutura de gestão, a sistemas de informação e de financiamento ou a regulação de direitos, encontra sua síntese no Plano Nacional de Cultura, instrumento que vai estabelecer o marco institucional de orientação da política pública a ser executada na área durante uma década. Por outro lado, as conferências, os conselhos permanentes e os espaços eventuais de participação deverão continuar a envolver os cidadãos na construção, avaliação e revisão cíclica das políticas culturais.

O PNC e o papel do Estado nas políticas culturais

A crise financeira internacional, equiparada por muitos ao *crash* de 1929, traz uma lição marcada a ferro e fogo: o mercado não resolve tudo e o papel do Estado não se encontra, de modo algum, superado. A “mão invisível”, que supostamente o organizava, baseada na lei da oferta e da demanda, na busca por lucro e nas “livres” relações entre os agentes econômicos, comprovou-se incapaz de reduzir as desigualdades, potencializar o desenvolvimento e garantir um cenário de segurança institucional, jurídica e financeira para o pleno exercício das atividades humanas. No campo cultural não é diferente, e essa percepção foi reafirmada ao longo do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura.

O documento tem como um de seus pressupostos redefinir o papel do Estado e seu dever de garantir as condições para que a sociedade brasileira possa criar e acessar o que é produzido no universo da cultura. Isso não significa, naturalmente, conduzir a produção cultural, impondo-lhe hierarquias e valorizando um leque restrito de manifestações. Ao contrário: consiste em fomentar a diversidade das manifestações culturais. Apoiar e estimular o que já floresce a partir das visões de mundo e modos de vida de cada brasileiro e de cada comunidade.

A tarefa exige, muitas vezes, o enfrentamento de desequilíbrios e desigualdades sociais, realimentadas por discriminações de diversas naturezas.

Estamos falando de dinheiro público – é preciso promover um uso republicano desses recursos e garantir a igualdade de condições no acesso ao que, por seu meio, a sociedade brasileira produz. Os direitos culturais são direitos sociais – há que concretizá-los, cumprindo o que determina nossa Constituição.

Trata-se, em resumo, de harmonizar as inter-relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil (em suas múltiplas organizações) para que atuem de forma complementar e integrada. Esse é o principal objetivo do Sistema Nacional de Cultura, umbilicalmente ligado ao PNC.

É também com esse objetivo que o Ministério da Cultura está trabalhando para aperfeiçoar os mecanismos de fomento e incentivo à cultura. A nova proposta envolve o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e o estímulo à regionalização.

Por sua vez, a política de seleção de projetos por editais tem gerado uma crescente desconcentração territorial na distribuição dos recursos. O MinC tem disseminado essa prática, que hoje já é adotada por diversos estados, municípios, instituições e empresas.

A aprovação do Plano Nacional de Cultura organizará e potencializará medidas como essas. Representará um importante passo para o Estado aprimorar as políticas culturais, por fornecer um aprimoramento conceitual do debate e um consenso em torno de suas prioridades.

Um poderoso instrumento para os cidadãos, que poderão cobrar desta gestão e das futuras o cumprimento do que foi aprovado, evitando a tradicional descontinuidade, traço infelizmente marcante da vida política brasileira.

José Luiz Herencia

Secretário de Políticas Culturais do MinC

Maurício Dantas

Coordenador do Plano Nacional de Cultura

Respeito e reconhecimento

A expressão cultural como direito de todos está na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e desde então a cultura vem sendo objeto de diversos instrumentos, no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), numa progressão que chega até a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, mais conhecida como Convenção da Diversidade Cultural.

Nos últimos anos, o conceito de diversidade cultural se tornou também sinônimo de uma política afirmativa de garantia dos direitos dos povos. Uma política ampla, que abrange aspectos fundamentais das relações humanas e propõe ações de estímulo às diferentes expressões culturais, na construção de uma cultura de paz, de aceitação do outro e de diminuição das diferenças sociais, culturais e de gênero.

Os debates internacionais sobre as diferentes dimensões da cultura se intensificaram em 2001 com a adoção da “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural”, no âmbito da Unesco. O Brasil sempre teve um papel relevante nas discussões e atividades em torno do assunto e se tornou um dos protagonistas da negociação institucional e política que levou à aprovação da Agenda 21 da Cultura, em maio de 2004, em Barcelona, e da Convenção da Diversidade Cultural, em outubro de 2005, em Paris.

O Congresso Nacional ratificou a convenção da Unesco em 2006, tornando o Brasil um dos seus primeiros signatários. A promulgação por decreto-lei se deu no ano seguinte.

Os países em que o tratado vigora estão comprometidos com a implementação de políticas públicas de acesso à cultura, em favor da proteção aos grupos culturais mais vulneráveis às dinâmicas econômicas excludentes. Além disso, têm o direito de resguardar a especificidade dos serviços, atividades e bens culturais, retirando-os das negociações internacionais em torno do livre-comércio.

Trata-se de um instrumento jurídico internacional que aponta o papel decisivo dessas políticas e busca assegurar a autonomia e o direito soberano dos países participantes de formular e implementar as suas próprias políticas, num quadro em que a aceleração dos processos de globalização acentua as disparidades entre os países em suas capacidades de criar, produzir e difundir suas expressões culturais. Ao mesmo tempo, ela define obrigações quanto à proteção e à promoção da diversidade dessas manifestações.

Até o início do ano passado, 95 países tinham ratificado a convenção, que veio completar a legislação internacional da área da cultura.

O Plano Nacional de Cultura se insere, portanto, em um contexto político em que ganham força várias iniciativas voltadas ao fortalecimento de relações internacionais mais solidárias, com as quais o Brasil deve dialogar e contribuir.

A política implementada pelo Ministério da Cultura desde 2003 sempre se norteou pelo conceito de diversidade. Além de marcar presença, de modo transversal, em todas as ações, ele é objeto do programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural, que visa principalmente a garantir que grupos e redes de produtores responsáveis pelas manifestações características das expressões culturais brasileiras tenham acesso aos mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio regional.

Também nesse período o ministério passou a contemplar manifestações que ainda não eram objeto de suas ações, como as culturas populares. Merecem destaque as originárias das sociedades indígenas, que, pela primeira vez em 20 anos, passaram a fazer parte de suas políticas setoriais. O movimento hip hop, a cultura digital e a produção de jogos eletrônicos também se enquadram nesse novo leque de expressões. No que concerne aos segmentos sociais, o movimento LGTB (lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais) combate a discriminação. Outros segmentos, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas, a juventude rural e os sem-terra hoje se encontram inseridos nas iniciativas do MinC.

Como funciona a convenção da Unesco

- 1.** Ela lembra que a diversidade cultural é um direito, no sentido de alargamento de escolha: é poder escolher, pois não há verdadeira liberdade se a oferta de bens culturais e serviços culturais não é igualitária.
- 2.** Reconhece a natureza específica das atividades, bens e serviços culturais enquanto portadores de identidades, valores e significados, ou seja, com um teor que ultrapassa o simples valor mercadológico. E convida os países-parte a integrar a cultura em suas políticas de desenvolvimento em todos os níveis, a fim de criar condições para o desenvolvimento sustentável.
- 3.** Afirma e reconhece a legitimidade das políticas públicas culturais, dando aos países que a integram o direito de adotar as medidas que julgarem necessárias para a proteção e a promoção da diversidade de suas expressões culturais. Incluem-se aí medidas regulatórias e políticas de fortalecimento das indústrias culturais, das atividades do setor informal e da criatividade de seus artistas, bem como a difusão da diversidade nos meios de comunicação, o livre intercâmbio e a circulação de ideias e expressões culturais.
- 4.** Promove o convívio pacífico entre os povos, adotando como um de seus princípios diretores a igual dignidade e o respeito por todas as culturas, e cria um quadro de cooperação e de solidariedade internacional, favorecendo a solidariedade Norte-Sul e a valorização das redes locais nos projetos de desenvolvimento.
- 5.** Cria o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, cujos recursos deverão ajudar os países em desenvolvimento a ter um setor cultural dinâmico, o que também poderá ser fortalecido por meio do tratamento preferencial nos intercâmbios culturais.
- 6.** Estabelece medidas regulamentares e uma base jurídica às quais os Estados podem recorrer em caso de litígio.
- 7.** Não se subordina a qualquer outro tratado internacional e não está, portanto, subordinada a nenhum direito: igualdade normativa, direito cultural, direito comercial.
- 8.** Faz referência explícita à importância da conscientização pública e ao papel fundamental da sociedade civil na proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. De acordo com o texto, a sociedade deverá ser encorajada a participar ativamente dos esforços dos governos nacionais para alcançar os objetivos da convenção.
- 9.** Convida os países participantes a incentivar a criatividade, fortalecer as capacidades de produção e desenvolver a compreensão da importância da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, por intermédio de programas de educação e sensibilização, bem como de programas de treinamento e intercâmbio na área das indústrias culturais.
- 10.** Promove, entre os países participantes, a troca de informações e o compartilhamento de conhecimentos especializados relativos à coleta de dados e estatísticas sobre a diversidade das expressões culturais, bem como sobre as melhores práticas para a sua proteção e promoção.

Consulta, compartilhamento e debate

Nas mais diversas áreas, nas três esferas da federação (municípios, estados e União), o amadurecimento da democracia brasileira vem se refletindo em experiências participativas nas políticas públicas. O envolvimento da sociedade civil na definição das linhas de atuação do Estado, bem como no acompanhamento e avaliação de seus efeitos, traz vários benefícios potenciais, tanto para a qualidade e efetividade das ações como para o aprofundamento da construção republicana.

Um dos principais benefícios esperados é o respaldo social, no sentido de que as ações respondem a demandas, que espelham necessidades, de cidadãos e grupos sociais. Com isso, ampliam-se as chances de execução de medidas mais focadas e amparadas no apoio popular. Ao fortalecer o chamado controle social – os cidadãos atentos à conduta das instituições públicas, de forma a cobrar o respeito à legislação, a garantia dos direitos e o cumprimento dos acordos –, a mobilização de esforços coletivos pode ser determinante também no aperfeiçoamento dos programas e ações. Para que essa realidade se efetive, é necessária a construção de instâncias adequadas.

Essa escolha não apaga, de modo algum, o papel do Estado. Cabe a ele encabeçar proposições, dar base aos processos, prover de dados a discussão pública, mediar os conflitos de interesse para construir consensos, garantir oportunidades a todos, atuar para a redução das desigualdades.

O Ministério da Cultura, na gestão do ministro Gilberto Gil e, agora, na de Juca Ferreira, elegeu o caminho da formulação participativa. Optou ainda por criar e fortalecer mecanismos constantes de escuta, participação e controle social, adotando um novo paradigma que tem como base a troca de saberes e a construção de redes de gestão compartilhada. Tal escolha pode resultar em processos mais demorados, mas é muito mais rica e legítima do que circunscrever o planejamento e a elaboração aos gabinetes dos dirigentes – governar por decreto, como se diz.

Esse espírito de cooperação, complementaridade e integração entre Estado e sociedade civil norteia o Plano Nacional de Cultura, assim como o Sistema Nacional de Cultura. Ambos integram um conjunto de políticas delineadas a partir de consultas amplas, que abriam canais de diálogo com grupos sociais por meio de seminários, fóruns e conferências.

Fazem parte dos movimentos agregadores a sequência do Seminário Cultura para Todos, que reuniu mais de 30 mil pessoas em 2003, e as Câmaras Setoriais, que foram reestruturadas e funcionam desde 2008 como Colegiados Setoriais, ligados ao Conselho Nacional de Política Cultural.

A 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), em 2005, articulou estados, municípios e União, bem como poder público e sociedade civil, em torno da constituição do novo modelo de gestão para a área. Dentre suas atividades articuladoras e preparatórias, destacam-se os cinco seminários setoriais realizados nas

regiões do País; as mais de 400 conferências municipais e/ou intermunicipais, que reuniram 1200 cidades e cerca de 55 mil pessoas; as 19 conferências estaduais de cultura e a equivalente distrital, das quais participaram 7 mil pessoas; e as oficinas de informação em dez estados, para estruturar temário, procedimentos e calendário da CNC e subsidiar a realização das conferências locais. A plenária nacional contou com cerca de 1300 participantes e aprovou um grupo de propostas de diretrizes de políticas, encaminhado a instâncias colegiadas e administrativas do governo federal e ao Congresso Nacional.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), instalado no fim de 2007, é uma instância permanente de consulta e formulação integrada por representantes do governo e da sociedade. Além das diretrizes do Plano Nacional de Cultura e da constituição dos colegiados, suas reuniões já abordaram assuntos como a relação entre as políticas culturais e de outras áreas (educação, segurança pública e ciência e tecnologia, por exemplo) e as parcerias estabelecidas pelo MinC.

No final de 2008, a série Diálogos Culturais levantou prioridades para o futuro próximo. Nela, o ministro Juca Ferreira, recém-empossado, apresentou um diagnóstico dos avanços e desafios das políticas na área da cultura e escutou sugestões de representantes dos segmentos que compõem o setor. Os três encontros (Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) somaram cerca de mil participantes.

As páginas a seguir detalham as etapas participativas do Plano Nacional de Cultura em 2008.

Ano de mobilização e discussão

Em 2008, a construção do Plano Nacional de Cultura entrou em sua reta final. O projeto passou por uma etapa de intensa mobilização e amplo debate público, com seminários em todos os estados e fórum virtual. Os resultados darão origem ao substitutivo do projeto de lei para votação no Congresso Nacional, com conclusão de texto prevista para abril (acompanhe pela página do Plano: www.cultura.gov.br/pnc).

O caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura” foi impresso em dezembro de 2007 e lançado oficialmente no Congresso em junho do ano seguinte. A publicação sintetizou a discussão pública realizada até então e constituiu a base para a nova etapa. No fim daquele mês, o caderno foi revisto pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), cujas observações foram incorporadas numa segunda edição. Iniciaram-se, então, os seminários estaduais, que se estenderam até o começo de dezembro.

A sequência participativa, organizada pelo Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Comissão de Educação e Cultura (CEC) da Câmara dos Deputados e órgãos estaduais e municipais, permitiu que os diversos segmentos artísticos e culturais se manifestassem. Qualificou, assim, o projeto e aprofundou seu enraizamento social. Também promoveu um intercâmbio de informações e experiências.

Nesses encontros, secretarias do Ministério da Cultura e instituições vinculadas ofereceram oficinas. Além dos participantes dos grupos de trabalho sobre o Plano e dos representantes do ministério, estiveram presentes governadores, deputados, senadores e dirigentes de órgãos de Cultura estaduais e municipais.

Confira, nas próximas páginas, o detalhamento do processo.

As etapas de 2008 em números

- 80 alterações no texto do caderno de diretrizes, inseridas na revisão do CNPC
- Presença de cerca de 5 mil pessoas nos seminários estaduais
- Participação de 4,2 mil pessoas nos grupos de trabalho
- 5 relatórios de contribuições produzidos nos encontros de cada uma das 27 unidades da Federação - total de 135 relatórios
- 2750 participantes nas oficinas sobre 14 políticas do Sistema MinC
- Mais de 100 sugestões e comentários postados pela internet



Revisão do caderno de diretrizes pelo CNPC

O Conselho Nacional de Política Cultural aprovou em 26 de junho uma série de sugestões de aperfeiçoamento do texto da primeira edição do caderno de diretrizes gerais do PNC. O colegiado tomou sua decisão durante reunião extraordinária, promovida em Belo Horizonte, para análise do relatório técnico que continha os resultados do trabalho de revisão desenvolvido por uma comissão temática entre março e junho. Integram o CNPC representantes do poder público, da sociedade civil, das áreas artístico-culturais e de empresas, fundações e institutos, além de personalidades convidadas.

Entre os cerca de 80 pontos aprovados, os conselheiros modificaram, na seção de diagnósticos e desafios do caderno, o item que trata do reconhecimento e do apoio às expressões e ao patrimônio cultural afro-brasileiros. Foi reforçado o registro da presença transversal das contribuições dessa matriz em todas as áreas da cultura nacional. O CNPC também redimensionou a diretriz que trata da implantação do Sistema Nacional de Cultura, a partir da deliberação sobre o tema estabelecida na Conferência Nacional de Cultura, de 2005. Foram detalhadas, ainda, as menções à arte digital, ao turismo e ao impacto sociocultural das grandes obras de engenharia.

As mudanças foram apresentadas junto com a primeira edição do caderno de diretrizes já no primeiro seminário estadual do plano, organizado na capital mineira, no final de junho. A partir do seminário do Mato Grosso do Sul (24 e 25 de setembro), passou-se a utilizar a segunda edição do caderno, com as informações atualizadas a partir da revisão do CNPC, correções de texto, atualização de dados estatísticos e nova programação visual.

Lançamento da etapa de debates

O Ministério da Cultura e a Comissão de Educação e Cultura lançaram em 3 de junho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o caderno de diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura. O evento deu início à etapa de discussão pública para conclusão do processo de elaboração do Plano.



A solenidade contou com a presença de autoridades e personalidades dos diversos segmentos da cultura brasileira, além de membros do Conselho Nacional de Política Cultural.

Durante o evento, também foi empossado o Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. Composto por representantes da sociedade civil, escolhidos entre artistas e intelectuais, o conselho tem a atribuição de subsidiar os parlamentares na avaliação das propostas de diretrizes para as políticas de cultura.

O formato do ciclo de debates, composto principalmente pelos seminários estaduais e por um fórum na internet, resultou de negociações com a Comissão de Educação e Cultura e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Órgãos Estaduais de Cultura. Esse diálogo fortaleceu o processo e consolidou duas frentes de articulação institucional para o Plano, que foram essenciais para a execução e a legitimidade do processo participativo.

Seminários estaduais, fórum virtual e outras contribuições

O ciclo de seminários consistiu em 27 encontros, nos 26 estados e no Distrito Federal, para discussão das propostas incluídas no caderno de diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura e organizadas em cinco eixos estratégicos. A etapa representou a conclusão dos mais de cinco anos de estudos e debate público empregados na construção do projeto.

Participaram dos seminários cerca de 5 mil pessoas – gestores de instituições culturais públicas e privadas, representantes de diversos setores de produção e difusão das artes, empreendedores, artesãos, técnicos, produtores, intelectuais, legisladores, militantes de movimentos sociais e representantes de comunidades tradicionais, entre outros.

Como metodologia de trabalho, os participantes se dividiram em cinco grupos dedicados a cada um dos eixos do caderno do Plano, com a finalidade de debater e sugerir mudanças de redação no respectivo capítulo. Cada GT consolidou um relatório, publicado na página eletrônica do projeto.



UF	INÍCIO	FIM
MG	26-JUN	28-JUN
CE	10-JUL	12-JUL
MA	24-JUL	26-JUL
PI	07-AGO	08-AGO
PR	11-AGO	12-AGO
RN	13-AGO	15-AGO
BA	21-AGO	23-AGO
SE	24-AGO	26-AGO
AL	28-AGO	29-AGO
PE	01-SET	03-SET
AP	03-SET	04-SET
SC	16-SET	17-SET
MS	24-SET	25-SET
PB	25-SET	27-SET
TO	26-SET	27-SET
GO	08-OUT	10-OUT
MT	10-OUT	12-OUT
ES	29-OUT	30-OUT
RS	29-OUT	30-OUT
RO	04-NOV	05-NOV
DF	10-NOV	11-NOV
RJ	17-NOV	19-NOV
RR	24-NOV	25-NOV
AC	27-NOV	28-NOV
PA	30-NOV	02-DEZ
AM	01-DEZ	02-DEZ
SP	03-DEZ	04-DEZ

Os seminários, estado a estado



Regiões

Sudeste

Nordeste

Sul

Norte

Centro-Oeste

Número de participantes por GT (soma dos 27 seminários)

1.	Fortalecer a Ação do Estado no Planejamento e na Execução das Políticas Públicas Culturais	840
2.	Incentivar, Proteger e Valorizar a Diversidade Artística e Cultural Brasileira	1065
3.	Universalizar o Acesso à Fruição e à Produção Cultural	740
4.	Ampliar a Inserção da Cultura no Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável	900
5.	Consolidar os Sistemas de Participação Social na Gestão das Políticas Culturais	695



Capacitação e difusão

As oficinas do Ministério da Cultura nos encontros estaduais disseminaram informações sobre suas políticas e programas, mecanismos de apoio e incentivo e indicadores socioeconômicos da produção e fruição cultural no País. Serviram também à capacitação de agentes e gestores culturais. Permitiram, ainda, que o MinC se atualizasse sobre a situação da cultura nas mais diversas localidades e ouvisse as demandas, sugestões e críticas da população.



FOTO - MARCELO HOLANDA

O coordenador Mauricio Dantas explica o conteúdo do PNC; roraimenses participam de oficina; Fred Maia, da SAI/MinC, fala sobre o Sistema Nacional de Cultura; e Teresa Cristina, da Sefic/MinC, trata sobre financiamento à cultura.



FOTO - ASCOM/SECD-RR

OFICINAS

- Sistema Nacional de Cultura
- Programa Cultura Viva
- Programa Mais Cultura
- Diversidade
- Mário de Andrade
- Patrimônio Imaterial
- Observatório dos Editais
- Programadora Brasil
- Plano Nacional de Cultura
- Financiamento
- Indicadores Culturais
- ProExt Cultura
- Plano Nacional do Livro e Leitura
- Círculo Brasil



SAWZALAVATARANA FOTOS



MANUELESPÍDIA



Participação pela internet

Do início de junho a 10 de dezembro de 2008, o MinC recebeu pelo site www.cultura.gov.br/pnc mais de 100 contribuições e comentários sobre o texto que subsidiará a votação do projeto de lei. O uso do fórum virtual visou a estender as discussões a um público mais amplo do que aquele atendido, de forma presencial, pelos seminários promovidos nas capitais do País.

Mais contribuições

Entre outras, o MinC recebeu por e-mail ou carta as contribuições do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, das representantes do segmento de arte digital no CNPC, do Ministério do Turismo e da equipe do Programa de Extensão Universitária (ProExt Cultura).

As propostas para o Plano Nacional de Cultura também foram apresentadas e debatidas em oficina com foco em culturas populares, durante o 6º Seminário de Folclore (realizado em 18 de setembro, em São Paulo).

Resultados do debate e encaminhamento das propostas recebidas

Em janeiro de 2009 começou a análise de todo o material recolhido por esses canais para a produção da versão final do texto que subsidiará a votação no Congresso.

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA INCORPORAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

- Correspondência com os diagnósticos, valores e estratégias do caderno de diretrizes, considerando o acúmulo já existente de estudos e discussões para o delineamento das políticas de cultura
- Abrangência temática, territorial e populacional: políticas de Estado pautadas pela amplitude e equilíbrio no atendimento às demandas dos setores culturais e grupos identitários, bem como na busca de diminuição das desigualdades socioeconômicas regionais
- Visão de longo prazo: orientação das diretrizes do Plano para a execução de políticas públicas ao longo de dez anos, compreendendo a realização de subprogramas de menor duração
- Perspectiva de integração de ações do Estado, iniciativa privada e sociedade civil: estímulo a dinâmicas colaborativas de implementação, tanto no que se refere aos diferentes poderes e esferas da administração pública, quanto no que diz respeito à relação entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil



A sistematização dessa etapa foi concluída em março pela Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), por meio da Gerência de Políticas Culturais.

O teor das contribuições variou, mas alguns temas específicos, orientações e pontos de vista apareceram com frequência:

- Aprovação da estrutura geral e da maioria das diretrizes do caderno do Plano
- Propostas de aprimoramento e de inclusão de itens, e algumas de exclusão
- Demanda por capacitação de gestores e trabalhadores em geral
- Diversidade regional expressa nos relatórios dos GTs: questão das fronteiras no Acre, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, manifestações religiosas, relação com a floresta nos estados amazônicos
- Necessidade de equilibrar o atendimento universal dos segmentos culturais com algumas especificidades de setores mencionadas no caderno
- Debate em torno de conceitos, como “marginalizados” e “pessoas com deficiência”
- Periodicidade das conferências municipais, estaduais e nacional – vários grupos de trabalho propuseram encontros nacionais a cada dois anos
- Defesa de ampliação do orçamento, conforme percentuais da PEC 150

A secretaria acompanhará, com a nova relatora do projeto de lei, deputada Fátima Bezerra, a finalização do documento, que será submetido antes ao Conselho Consultivo do Plano Nacional de Cultura, do qual participam todas as áreas do MinC; à comissão temática do PNC no Conselho Nacional de Política Cultural; e a uma comissão de especialistas indicados pelo ministério.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

> DIRETRIZ 1.3 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Fomentar parcerias entre os setores público e privado e a sociedade civil para produzir diagnósticos, estatísticas, indicadores e metodologias de avaliação para acompanhar as mudanças na cultura do País.

PROPOSTA:

Produzir diagnósticos, estatísticas, indicadores e metodologias de avaliação para acompanhar as mudanças na cultura do país mediante a implantação de um órgão público nacional de estudos e pesquisas culturais que atuem em parceria com instituições públicas, privadas e a sociedade civil.

> DIRETRIZ 2.3 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo de produtores e artistas que não queiram submeter-se à intermediação da venda de seus trabalhos. Fortalecer a economia solidária, incentivando os pequenos e médios empreendedores culturais e estimulando a organização dos trabalhadores da cultura em associações, cooperativas, sindicatos ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entre outros.

PROPOSTA:

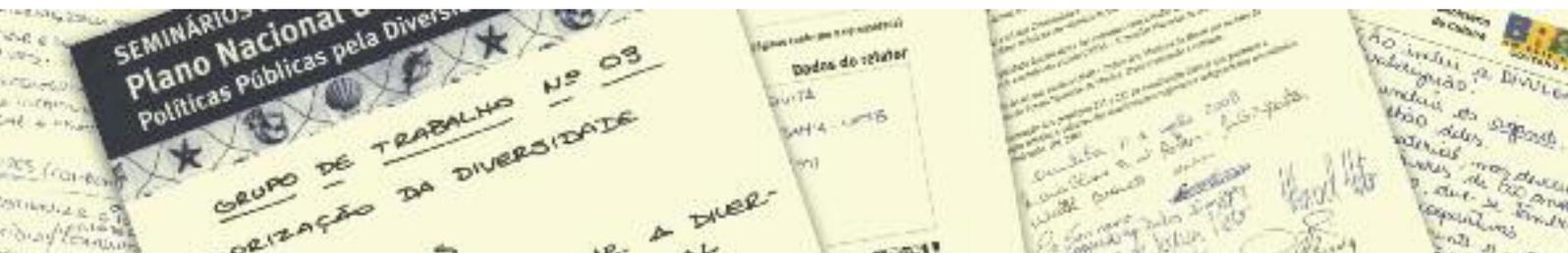
Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo de produtores e artistas que não queiram submeter-se à intermediação **da comercialização e disseminação dos produtos culturais gerados em seu trabalho.**

Um dos grupos de trabalho e a apresentação das Meninas de Sinhá

FOTOS - SAMZALAK/TATIANA FOTOS



Autoridades federais, estaduais e municipais na abertura: início do ciclo de debates





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - JOSÉ AIRTON FERREIRA DA SILVA

➤ DIRETRIZ 1.2 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Consolidar a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais relacionados à produção e à fruição de obras artísticas e expressões culturais do país.

PROPOSTA:

Consolidar a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais relacionados à produção, **formação** e fruição de obras artísticas e expressões culturais do país, **que forneçam informações atualizadas das realidades regionais.**

➤ DIRETRIZ 2.4 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Instituir programas de incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativa privada, **organizações sociais** e universidades, Sebrae e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PROPOSTA:

Instituir programas de incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativa privada, organizações sociais **e financeiras**, universidades **e instituições de ensino, Sistema S**, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior **e demais ministérios.**



O então relator do PNC na Câmara dos Deputados, Frank Aguiar; a poeta Maria Cristina entrega documento à mesa; e o relator de um dos GTs, Paulo Amoreira





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 1

PROPOSTA:

Garantir a participação efetiva dos órgãos de cultura nos processos de elaboração, revisão e execução da lei orgânica e dos planos diretores dos municípios.

► DIRETRIZ 1.42 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Criar uma política de reprodução de saberes populares, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino, a identificação dos chamados “Mestre dos Saberes” ou “Tesouros Humanos”, e sua integração a oficinas-escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes.

PROPOSTA:

Criar **políticas de transmissão dos** saberes populares, por meio de **diversos mecanismos de atuação, tais como o reconhecimento formal dos mestres da sabedoria, através de leis específicas e formas de sobrevivência, para que eles possam contribuir para a manutenção, dinamização e circulação dos seus saberes no contexto onde atuam.**

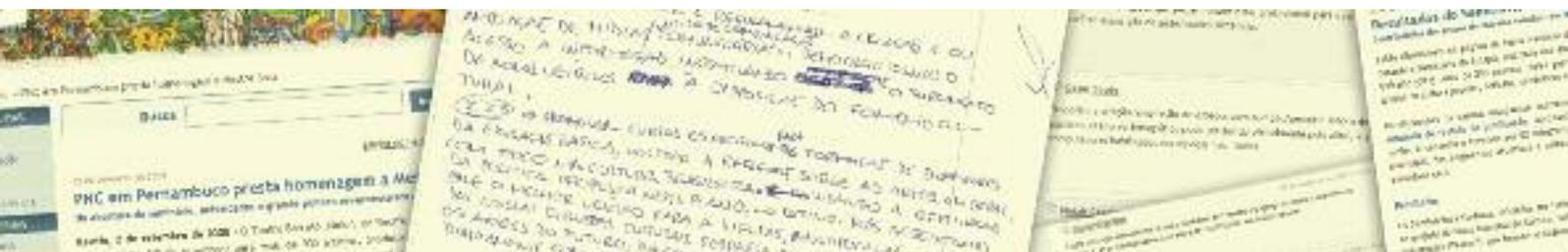
FOTOS – FRANCISCO DINIZ



O secretário estadual de Cultura Joãozinho Ribeiro (ao microfone) e o secretário substituto da Identidade e da Diversidade do MinC, Ricardo Lima



Participantes do seminário discutem o caderno de diretrizes gerais do PNC num dos cinco grupos de trabalho





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

> DIRETRIZ 3.1 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Promover estudos culturais a partir de pesquisas demográficas realizadas em parceria com órgãos especializados, com o objetivo de suscitar a ampla discussão sobre o perfil populacional do país e sua relação com as artes e as manifestações culturais.

PROPOSTA:

Promover estudos culturais a partir de pesquisas demográficas realizadas em parceria com órgãos especializados, **com a participação dos movimentos sociais**, com o objetivo de suscitar a ampla discussão sobre o perfil populacional do país e sua relação com as artes e as manifestações culturais.

> DIRETRIZ 2.13 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Realizar acordos com bancos de financiamento para possibilitar a oferta de linhas de crédito especiais para as indústrias do livro e de reprodução de imagens, obras sonoras e audiovisuais. Impor como contrapartida o barateamento do material editado, a publicação de obras raras e experimentais e a ampliação das tiragens.

PROPOSTA:

Realizar acordos com bancos de financiamento para possibilitar a oferta de linhas de crédito especiais para **a produção cultural e artística, viabilizando a sua circulação.**

O músico Sérgio Matos se apresenta diante dos integrantes da mesa, durante a cerimônia de abertura do evento

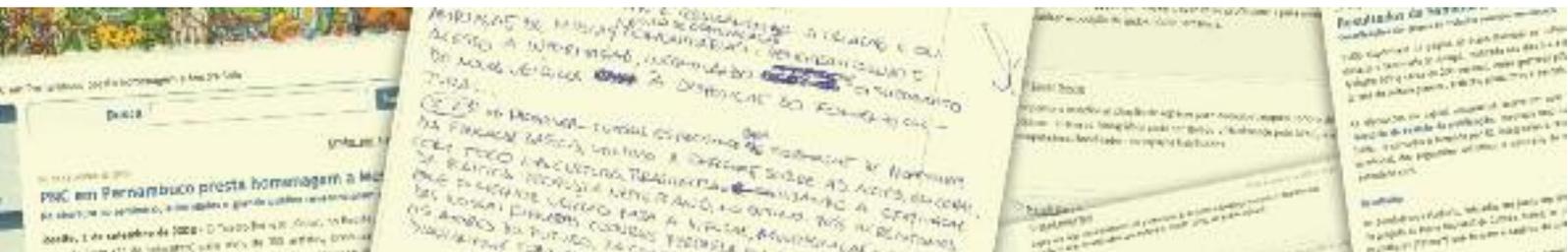


FOTOS - LOPEZ

O governador Wellington Dias e o presidente da Funarte, Sérgio Mamberti, então titular da SID/MinC



Auditório lotado presenciou os discursos e apresentações





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

► DIRETRIZ 1.11 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Modernizar a infra-estrutura de arquivos, bibliotecas e outros centros de informação, efetivando a constituição de uma rede nacional de equipamentos públicos de acesso ao conhecimento.

PROPOSTA:

Modernizar a infraestrutura de **museus, arquivos, bibliotecas e outros centros de pesquisa, documentação e informação**, efetivando a constituição de uma rede nacional de equipamentos públicos de acesso ao conhecimento **que contemple todas as áreas da cultura.**

FOTOS - KARIN VAN DER BROECKE/SEEC-PR



Grafito pinta painel durante a abertura do seminário

► DIRETRIZ 1.13 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer um sistema nacional dedicado ao restauro e à aquisição, formação, preservação e difusão de acervos de interesse público no campo das artes visuais, audiovisual, livros, arqueologia e etnologia, arquitetura, desenho, música e demais mídias.

PROPOSTA:

Estabelecer um sistema nacional de informações dedicado **à preservação, incluindo a conservação preventiva e a restauração, à pesquisa, à formação, à aquisição e à difusão de acervos culturais, em suas diversas áreas e múltiplos suportes, que sejam de interesse público.**



O então secretário de Políticas Culturais do MinC, hoje secretário executivo, Alfredo Manevy e a secretária estadual Vera Mussi



Numa das oficinas ministradas, Frederico Cardoso explica o funcionamento da Programadora Brasil





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - HENRIQUE OLIVEIRA

► DIRETRIZ 2.12 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.

PROPOSTA:

Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, **índigena e dos povos ciganos**, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral em seus idiomas e **dialetos**.

O então coordenador do PNC, Gustavo Vidigal, hoje secretário executivo adjunto do MinC; e apresentação da Cia. de Dança do Teatro Alberto Maranhão

► DIRETRIZ 2.30 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção do audiovisual brasileiro no mercado internacional e o intercâmbio de produções.

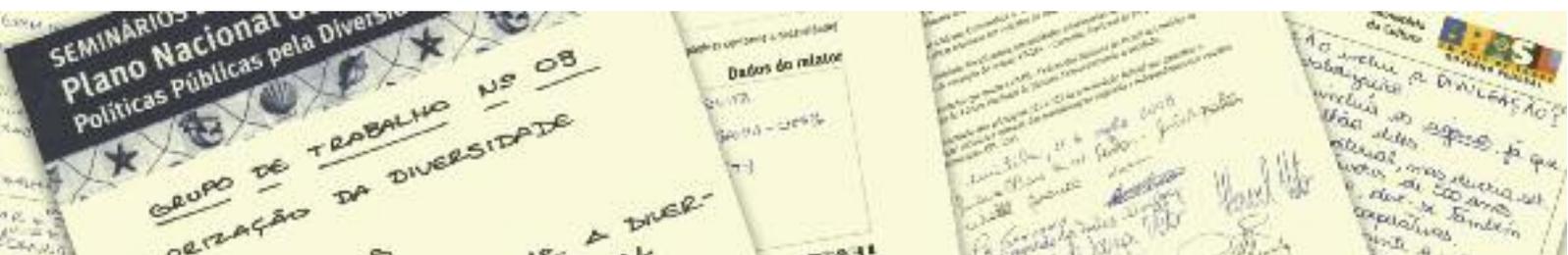
PROPOSTA:

Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção **dos bens artísticos e culturais brasileiros** no mercado internacional e o intercâmbio de produções.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 4

PROPOSTA:

Possibilitar o acesso a orientações e suportes jurídicos e contábeis para uso dos agentes culturais beneficiados por programas públicos.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

► DIRETRIZ 2.18 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e as entidades indígenas, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para as culturas indígenas.

PROPOSTA:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e as entidades indígenas, **quilombolas, afro-brasileiras, ciganas e dos demais grupos não-hegemônicos** com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para as suas culturas.

► DIRETRIZ 1.42 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Criar uma política de reprodução de saberes populares, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino, a identificação dos chamados “Mestre dos Saberes” ou “Tesouros Humanos”, e sua integração a oficinas-escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes.

PROPOSTA:

Criar uma política de **transmissão de saberes populares e de tradição oral**, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino; a identificação dos chamados griôs e mestres de tradição oral, “mestre dos saberes” ou “tesouros humanos”, sua integração a oficinas escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes; e a **criação de leis e instituições públicas de educação e cultura que valorizem esses saberes**.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 3

PROPOSTA:

Difundir os softwares livres nas comunidades, através das escolas e outras instituições relacionadas à educação, como ONGs, equipamentos culturais e Pontos de Cultura, possibilitando a formação e capacitação para utilização desses programas e o desenvolvimento de outros softwares livres.

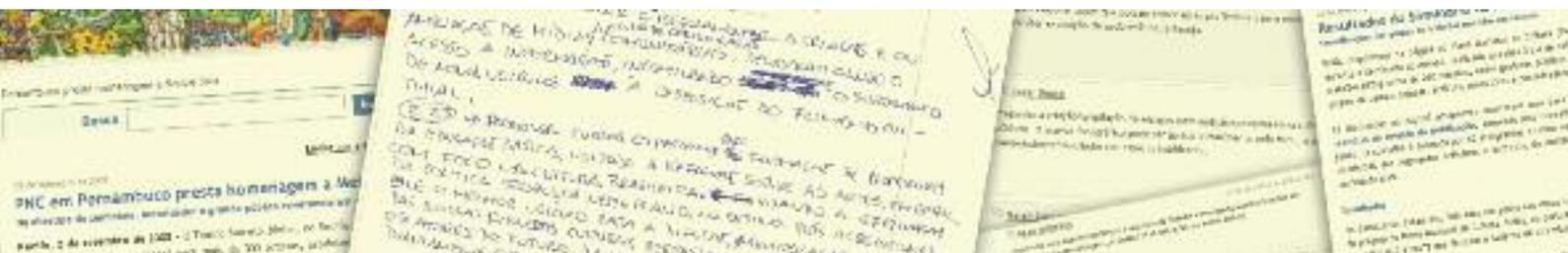
FOTOS - ANTÔNIO MOURIM



O então secretário executivo Juca Ferreira anuncia sua confirmação como ministro, oficializada poucos dias depois



Grafitheiros convidados elaboram painel coletivo e participantes integram debate num dos GTs





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTO - VIDEOJAN

O secretário estadual de Cultura, Luiz Alberto dos Santos

> DIRETRIZ 2.14 DO EIXO 3

ORIGINAL:

Fomentar os circuitos artísticos e culturais de rua, com destaque para o teatro e a dança. Promover mostras municipais, estaduais e regionais dessa produção, assegurando espaço para os grupos e coletivos estudantis e amadores.

PROPOSTA:

Fomentar os circuitos artísticos e culturais de rua, com destaque para **o teatro, a dança, grupos folclóricos e expressões da cultura popular**. Promover mostras municipais, estaduais e regionais dessa produção, assegurando espaço para os grupos e coletivos estudantis e amadores.

> DIRETRIZ 2.7 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Fomentar a implantação de pólos regionais e independentes de produção e de radiodifusão de documentários e de programas de ficção para rádio e televisão, por meio da realização de concursos e da associação entre produtores e canais públicos locais e nacionais.

PROPOSTA:

Fomentar a implantação de pólos regionais e independentes de produção e de radiodifusão de documentários e de programas de ficção para rádio, **televisão, internet e outras mídias**, por meio da realização de concursos e da associação entre produtores e canais públicos locais e nacionais.



Público e autoridades durante a abertura do seminário. A apresentação do São Gonçalo do Povoado Mussuca, de comunidade quilombola do município de Laranjeiras, fez parte da cerimônia





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

› DIRETRIZ 1.43 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Estimular a integração da cultura popular e erudita do passado – patrimônio material e imaterial – com a produção contemporânea, em espaços como jardins históricos, igrejas, fortalezas e palácios com a realização de concertos, peças teatrais, dança, exposições de artes visuais, artesanato e oficinas de criação.

PROPOSTA:

Estimular a integração da cultura, **em suas diferentes temporalidades e expressões – do patrimônio material ao imaterial –, em espaços diversos que possibilitem a sua fruição.**

› DIRETRIZ 2.12 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.

PROPOSTA:

Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira **e indígena**, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana **e indígena**, **como também na língua portuguesa.**

› DIRETRIZ 2.30 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção do audiovisual brasileiro no mercado internacional e o intercâmbio de produções.

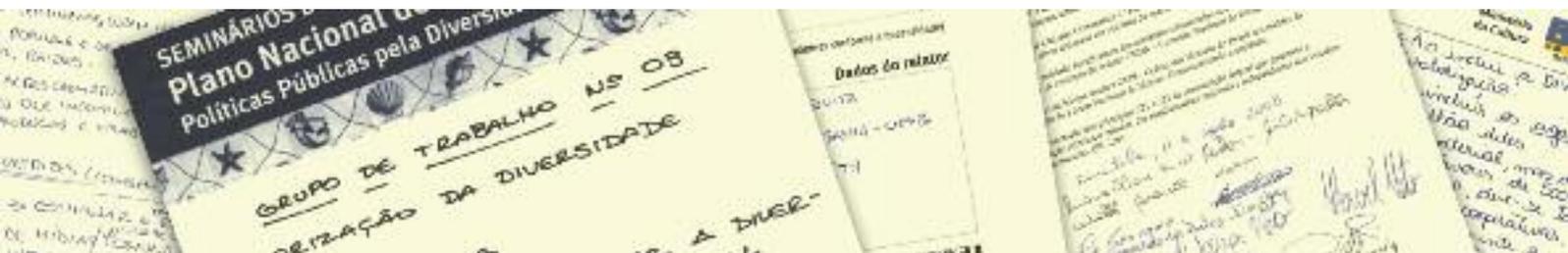
PROPOSTA:

Estabelecer acordos e protocolos internacionais de cooperação, fomento e difusão, em especial com países em desenvolvimento, de modo a ampliar a inserção **dos produtos culturais brasileiros** no mercado internacional e o intercâmbio de produções.

FOTOS – TADEU GIULIANI



No alto, integrantes da mesa e mestre-de-cerimônias; acima, GT confere a projeção do conteúdo do caderno de diretrizes em tela





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

► DIRETRIZ 2.18 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e as entidades indígenas, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para as culturas indígenas.

PROPOSTA:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e as entidades **representativas**, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para **os povos e comunidades tradicionais**

FOTOS - VITAL



Representantes do poder público federal, estadual e municipal aplaudem a abertura dos trabalhos

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 3

PROPOSTA:

Garantir o acesso a tecnologias que facilitem o fazer e o apreciar artístico da pessoa com deficiência.

► DIRETRIZ 1.11 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Fomentar a formação e a capacitação de jovens e idosos para a produção cultural, assegurando condições de trabalho e geração de renda, particularmente em áreas de marginalização social.

PROPOSTA:

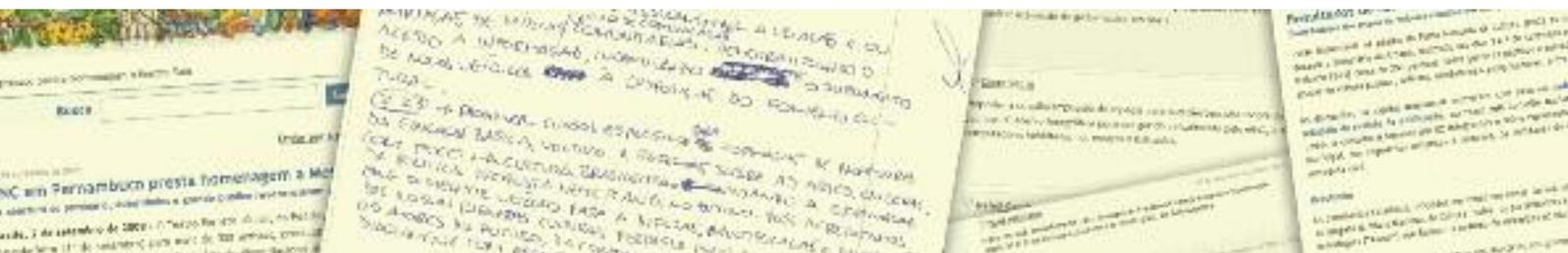
Fomentar a formação e a capacitação de jovens, **idosos e pessoas com deficiência** para a produção cultural, assegurando condições de trabalho e geração de renda, particularmente em áreas de **vulnerabilidade social**.



Frevo entre os números artísticos



Oficina do Programa Cultura Viva





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

FOTOS - GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ/SECULT



Inscritos passam pelo credenciamento e recebem o material para participação

> DIRETRIZ 2.17 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações, entre outros, para o fomento de estudos intersetoriais e extensão cultural.

PROPOSTA:

Abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, **educação**, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento, comunicações e **turismo**, entre outros, para o fomento de estudos intersetoriais e extensão cultural.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 2

PROPOSTA:

Fomentar projetos que visem resgatar as brincadeiras e brinquedos populares, cantigas de roda, contações de histórias e adivinhações.



Nos GTs dos estados, tela para projeção e computador portátil permitiam a consolidação dos relatórios em tempo real



Participantes durante as discussões de um dos grupos de trabalho





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - MARCIO H. MARTINS

> DIRETRIZ 1.1 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas.

PROPOSTA:

Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afrobrasileiros, os quilombolas, **os ciganos** e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas.



> DIRETRIZ 2.9 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Elaborar, em parceria com os órgãos de educação, uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras nas universidades públicas e privadas.

PROPOSTA:

Elaborar, em parceria com os órgãos de educação e **de ciência e tecnologia** uma política de formação de pesquisadores e núcleos de pesquisa sobre as manifestações afro-brasileiras nas universidades públicas e privadas.

A mediadora Marina Canas Martins, o deputado João Matos (PMDB) e oficina sobre o Mais Cultura, ministrada por Keilah Diniz, da SAI/MinC





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - ALESSANDRO LOIOLA/AFCMIS

Público e mesa de autoridades, durante a abertura do evento



A senadora Marisa Serrano (PSDB), representando o Congresso Nacional no seminário, discursa na solenidade

► DIRETRIZ 1.2 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Consolidar a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais relacionados à produção e à fruição de obras artísticas e expressões culturais do país.

PROPOSTA:

Consolidar a implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais relacionados à produção e à fruição de obras artísticas e expressões culturais do país, **disponibilizando o seu acesso através das novas tecnologias aos três níveis dos entes da União.**

► DIRETRIZ 1.5 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos marginalizados, afro-brasileiros e jovens, e torná-los agentes de propagação de atividades artísticas e culturais.

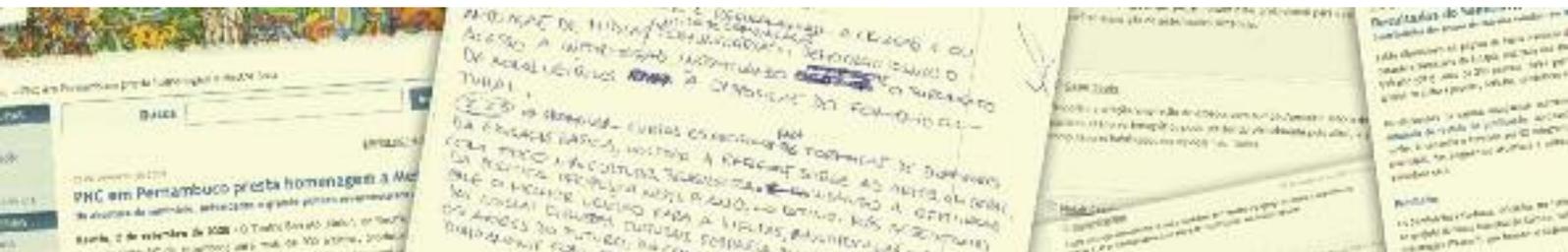
PROPOSTA:

Estabelecer parcerias entre os órgãos de educação, cultura, Sistema S e ONGs para a realização de cursos de capacitação em centros culturais e outros espaços. Dar prioridade ao atendimento de grupos **em situação de vulnerabilidade social**, e torná-los agentes **de criação** e propagação de atividades artísticas e culturais.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 4

PROPOSTA:

Criar selo de reconhecimento dos produtos culturais, artesanato e outros, de forma que associem valores sociais e econômicos e de fabricação ecologicamente correta.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



O então secretário estadual Neroaldo Pontes fala durante a abertura

Apresentação musical, com direito a harpa, abriu o seminário

► DIRETRIZ 2.17 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico das inovações tecnológicas no campo do audiovisual.

PROPOSTA:

Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico das inovações tecnológicas no campo **das artes**.

► DIRETRIZ 4.12 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Criar regras nacionais de tributação adequadas à especificidade das atividades do circo itinerante, a exemplo de um passe-livre para os pedágios das estradas.

PROPOSTA:

Criar regras nacionais de tributação adequadas à especificidade das atividades **artísticas e culturais itinerantes**, a exemplo de um passe-livre para os pedágios das estradas.

► DIRETRIZ 1.10 DO EIXO 5

ORIGINAL:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar a transparência e o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos captados via mecenato.

PROPOSTA:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar o acesso, a transparência e o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados, **de forma direta ou indireta, com recursos públicos**.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

► DIRETRIZ 3.1 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Promover estudos culturais a partir de pesquisas demográficas realizadas em parceria com órgãos especializados, com o objetivo de suscitar a ampla discussão sobre o perfil populacional do país e sua relação com as artes e as manifestações culturais.

PROPOSTA:

Promover estudos culturais a partir de pesquisas **socioeconômicas e demográficas**, realizadas em parceria com **instituições** especializadas, **como os observatórios**, com o objetivo de **identificar a relação entre o perfil populacional e as artes e manifestações culturais**.

► DIRETRIZ 1.5 DO EIXO 3

ORIGINAL:

Adotar protocolos que promovam o seu uso dinâmico e assegurem amplo acesso à população a arquivos públicos de conteúdos multimídia, conectados em rede.

PROPOSTA:

Adotar protocolos que promovam o uso dinâmico **de arquivos públicos de conteúdos multimídia conectados em rede** e que assegurem à população amplo acesso aos mesmos.

Relatora salva em arquivo digital propostas de alteração aprovadas por GT

FOTOS - MANUELESPÍDIA



O mediador Wertemberg Nunes inicia o debate em grupo de trabalho





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - DIRCE VIEIRA/AGEPEL

A música do grupo Passarinhos do Cerrado foi uma das atrações artísticas

➤ DIRETRIZ 2.10 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Ampliar as linhas de financiamento de infra-estrutura e o fomento à produção de conteúdos para a rádio e a televisão digital, com vistas à democratização dos meios de comunicação e à valorização da diversidade cultural.

PROPOSTA:

Ampliar as linhas de financiamento de infra-estrutura e o fomento à produção **independente** de conteúdos para a rádio e a televisão digital, com vistas à democratização dos meios de comunicação e à valorização da diversidade cultural.

➤ DIRETRIZ 1.33 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Preservar os registros fonográficos brasileiros e dispô-los em um portal eletrônico, para distribuição gratuita de músicas, programas de rádio e documentários em domínio público.

PROPOSTA:

Preservar os registros fonográficos brasileiros e dispô-los em um portal eletrônico, para distribuição gratuita de músicas, programas de rádio e documentários em domínio público **ou autorizadas pelos detentores dos direitos autorais.**



Fechamento de relatório: documentos aprovados nos estados eram publicados no site do Plano

➤ DIRETRIZ 1.10 DO EIXO 5

ORIGINAL:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar a transparência e o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos captados via mecenato.

PROPOSTA:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar a transparência e o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos captados via mecenato e **todos os demais projetos culturais financiados.**





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

➤ DIRETRIZ 2.21 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Promover o mapeamento dos circuitos específicos de arte digital, assim como das fronteiras e contaminações entre esse segmento e os circuitos tradicionais. Analisar e desenhar as cadeias de formação e produção com a finalidade de conhecer as profissões e áreas compreendidas na arte digital e encontrar as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústria criativa e instituições culturais.

PROPOSTA:

Promover o mapeamento dos circuitos específicos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências entre esse segmento e os circuitos tradicionais. Analisar e desenhar as cadeias de formação e produção com a finalidade de conhecer as profissões e áreas compreendidas na arte digital e encontrar as novas relações existentes entre núcleos acadêmicos, indústria criativa e instituições culturais.

➤ DIRETRIZ 3.1 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Incentivar modelos de desenvolvimento turístico que respeitem as necessidades e interesses dos visitantes e populações locais, garantindo a preservação do patrimônio, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura.

PROPOSTA:

Incentivar modelos de desenvolvimento turístico que respeitem as necessidades e interesses dos visitantes e populações locais, garantindo a preservação do patrimônio **material e imaterial**, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura.

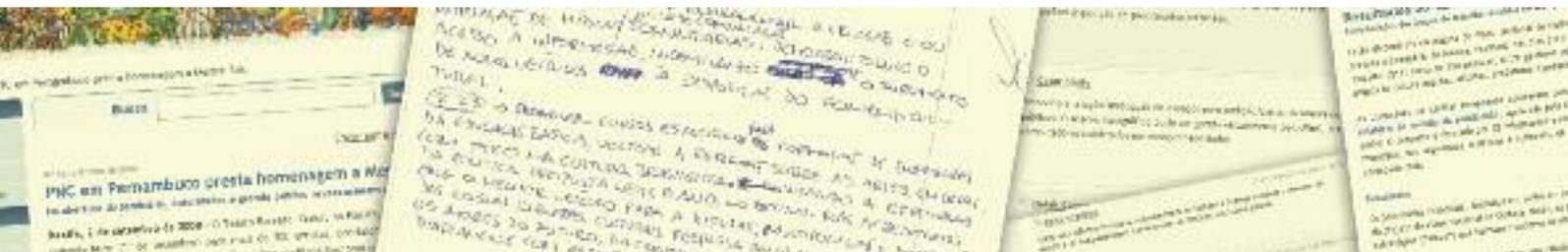
FOTOS - VICENTE MARANHÃO/SEC-ANT



Artistas, produtores, gestores e dirigentes assistem a espetáculo do Coral Mestre Albertino



A mestre-de-cerimônias Comadre Pitu, isto é, o ator Vital Siqueira, conduz a noite: descontração na solenidade





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

FOTOS - WAGNER BRECIANE



Lúcia Pardo (Representação Regional do MinC), Dayse Lemos (secretária estadual de Cultura), Maria Helena Signorelli (então secretária municipal) e Fábio Kobil (SPC/MinC)

► DIRETRIZ 2.7 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estimular a criação e o aprimoramento gerencial dos fundos de cultura dos municípios, estados e da União.

PROPOSTA:

Estimular a criação e o aprimoramento gerencial dos fundos de cultura dos municípios, estados e da União, **garantindo que a aplicação dos recursos seja efetuada através de seleções públicas via editais e/ou prêmios.**

► DIRETRIZ 2.17 DO EIXO 1

ORIGINAL:

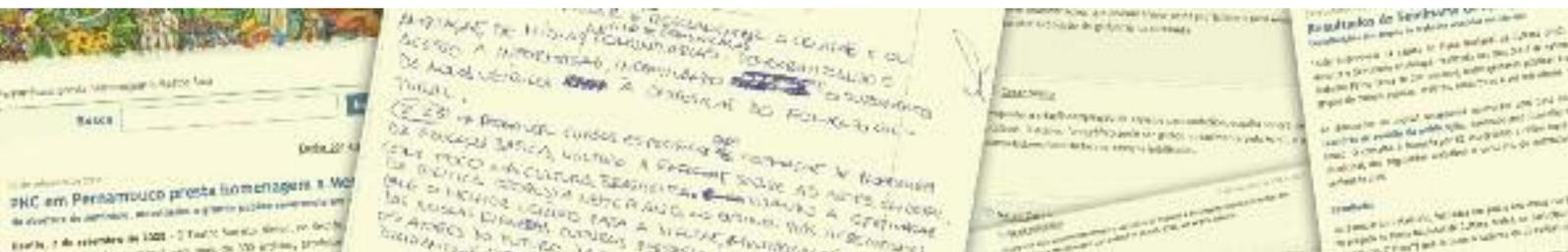
Abrir editais conjuntos dos órgãos de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e comunicações, entre outros, para o fomento de estudos intersetoriais e extensão cultural.

PROPOSTA:

Criar editais conjuntos dos órgãos de cultura, **educação**, ciência e tecnologia, meio ambiente, desenvolvimento e **comunicação**, entre outros, para o fomento de estudos intersetoriais, extensão cultural, **formação e capacitação na área cultural.**



Participantes assistem aos pronunciamentos da cerimônia de abertura





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

> DIRETRIZ 1.1 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas.

PROPOSTA:

Realizar programas e ações de mapeamento, preservação e difusão do patrimônio e da memória cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira, **especialmente: aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações aceleradas na organização social, expansão da fronteira agrícola e alteração das dinâmicas econômicas e comunicacionais; e aqueles que se encontram ameaçados devido a preconceitos e discriminações de gênero, de orientação sexual e variadas formas de deficiências físicas ou mentais.**

> NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 2

PROPOSTA:

Incentivar e fomentar a pesquisa e a circulação de bens culturais de fronteira nas diversas regiões do território nacional com o objetivo de promover a integração dos países limítrofes.

FOTOS - TUTI FLORES



O coordenador do PNC, Maurício Dantas, na tribuna



Os representantes da sociedade civil e do poder público na mesa acompanham a execução dos hinos nacional e estadual



Também na manhã inaugural, o bonequeiro Nelson Haas





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - ASSESSORIA DE IMPRENSA/SECEL-RO

> DIRETRIZ 2.18 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e as entidades indígenas, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para as culturas indígenas.

PROPOSTA:

Estabelecer parcerias e programas de cooperação entre os órgãos de cultura e **sociedade civil**, com o intuito de elaborar um sistema de financiamento das políticas públicas para as culturas indígenas e **das comunidades tradicionais**.

> DIRETRIZ 1.8 DO EIXO 3

ORIGINAL:

Incentivar e apoiar a inovação e a pesquisa tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo parcerias entre universidades, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.

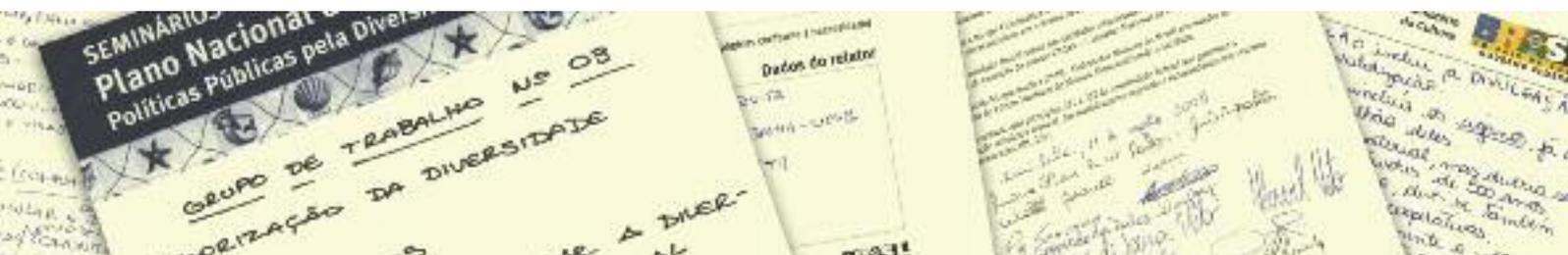
PROPOSTA:

“Incentivar e apoiar a inovação e a pesquisa tecnológica no campo artístico e cultural, promovendo **ações e parcerias entre instituições de ensino superior**, institutos, organismos culturais e empresas para o desenvolvimento e o aprimoramento de materiais, técnicas e processos.

Uma das apresentações artísticas: grupo Minhas Raízes, formado por crianças e jovens do distrito ribeirinho de Nazaré



Recepcionistas fazem a inscrição e o credenciamento de participantes





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

➤ DIRETRIZ 1.11 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Modernizar a infra-estrutura de arquivos, bibliotecas e outros centros de informação, efetivando a constituição de uma rede nacional de equipamentos públicos de acesso ao conhecimento.

PROPOSTA:

Ampiar e modernizar a infra-estrutura de arquivos, bibliotecas, **museus** e outros centros de informação, efetivando a constituição de uma rede nacional de equipamentos públicos de acesso ao conhecimento.

➤ DIRETRIZ 2.19 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer parcerias com bancos e seguradoras para a estruturação de seguros de previdência e patrimoniais destinados a proteger os produtores de todos os segmentos culturais.

PROPOSTA:

Estabelecer parcerias com bancos e seguradoras para a estruturação de seguros de previdência e patrimoniais destinados a proteger os **profissionais envolvidos nas atividades artístico-culturais de todos os segmentos.**

➤ DIRETRIZ 1.8 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Realizar um programa nacional de modernização tecnológica de laboratórios de produção, conservação e reprodução de obras artísticas e culturais mantidas em acervos dos equipamentos públicos de cultura, educação e pesquisa.

PROPOSTA:

Realizar um programa nacional de modernização tecnológica de laboratórios de produção, conservação, **restauro** e reprodução de obras artísticas e culturais mantidas em acervos dos equipamentos públicos de cultura, educação e pesquisa.

FOTOS - CHARLES DAMASCENO



O secretário Manevy, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB) e a deputada distrital Eurides Brito (PMDB)



Entre as oficinas, os temas Diversidade (por Giselle Dupin, da SID/MinC) e Patrimônio Imaterial (por Letícia Vianna, do Iphan)





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

➤ DIRETRIZ 2.12 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Mapear e restaurar o acervo literário da cultura afro-brasileira, valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.

PROPOSTA:

Mapear e restaurar o acervo literário e **documental das culturas afro-brasileira e indígena, estimulando sua produção e** valorizando tanto suas expressões escritas quanto sua tradição oral, nos idiomas e dialetos de origem africana e na língua portuguesa.



O ministro Juca Ferreira, a senadora Ideli Salvatti (PT) e o presidente da Funarte, Sérgio Mamberti

➤ DIRETRIZ 3.8 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas indígenas, por meio de conteúdos para o rádio, internet, televisão, revistas, materiais didáticos e livros, entre outros.

PROPOSTA:

Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas indígenas, **afro-brasileiras e outras formas de cultura popular**, por meio de conteúdos para o rádio, internet, televisão, revistas, materiais didáticos e livros, entre outros.



Participante expõe opinião em grupo de trabalho: metodologia priorizou o consenso

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 4

PROPOSTA:

Desenvolver atividades que fortaleçam e articulem as cadeias produtivas e os arranjos produtivos locais que formam a economia da cultura.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

› DIRETRIZ 1.27 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Inventariar, estudar e preservar os sítios pré-históricos brasileiros, compreendendo grutas, pintura rupestre, sambaquis, ostrieiros e vestígios arqueológicos vários.

PROPOSTA:

Inventariar, estudar, **preservar e divulgar** os sítios pré-históricos brasileiros, compreendendo grutas, pintura rupestre, sambaquis, ostrieiros e vestígios arqueológicos vários.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 3

PROPOSTA:

Priorizar o artista local nos eventos de caráter público, valorizando assim, as manifestações culturais regionais.

› DIRETRIZ 1.7 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Instituir programas em conjunto com as organizações e entidades civis para capacitar os indígenas em sua relação com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais.

PROPOSTA:

Instituir programas em conjunto com as organizações e entidades civis para capacitar os indígenas, **comunidades quilombolas, ciganos, comunidades com baixo IDH e outras**, em sua relação com a economia contemporânea global, estimulando a reflexão e a decisão autônoma sobre as opções de exploração sustentável do seu patrimônio, produtos e atividades culturais.

FOTOS - ASCOM/SECD-RR



O secretário estadual de Educação, Cultura e Desporto, Luciano Moreira, e o gerente da SAI/MinC Fred Maia



Participantes, mediador e relator durante discussão de propostas



A atriz Marisa Bezerra: representante da classe artística na mesa





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc



FOTOS - VAL FERNANDES

Público durante a noite de abertura

➤ DIRETRIZ 3.1 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Estabelecer a divisão de competências entre os órgãos de cultura federais, estaduais e municipais, bem como das instâncias de acompanhamento e avaliação das políticas do setor.

PROPOSTA:

Estabelecer a divisão de competências entre os órgãos de cultura federais, estaduais e municipais, **no âmbito do Sistema Nacional de Cultura**, bem como das instâncias de formulação, acompanhamento, avaliação e financiamento das políticas do setor.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 1

PROPOSTA:

Estabelecer mecanismos de gestão e financiamento conjunto entre as três esferas, por meio da reformulação do Fundo Nacional de Cultura, do estímulo à criação dos fundos estaduais e municipais e da regulamentação de mecanismos de repasse.



Esquete dos Irmãos Saúde, parte da apresentação da Cia. Circo Teatro Artitude

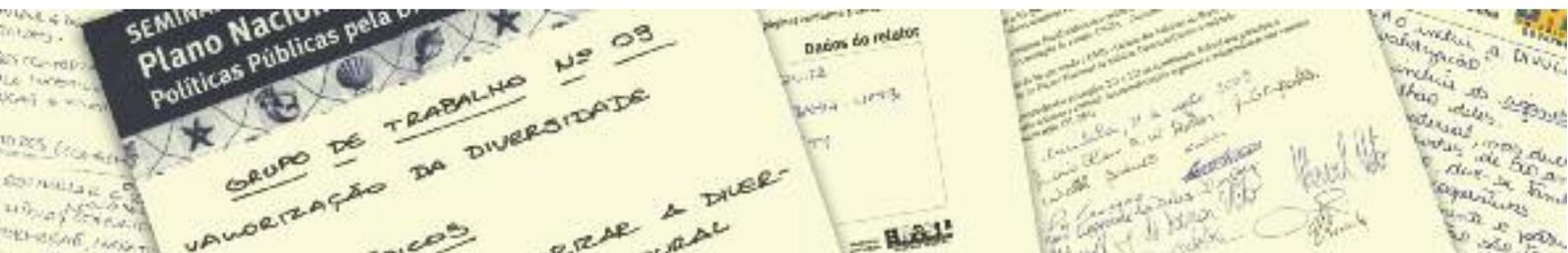
➤ DIRETRIZ 1.42 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Criar uma política de reprodução de saberes populares, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino, a identificação dos chamados “Mestre dos Saberes” ou “Tesouros Humanos”, e sua integração a oficinas-escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes

PROPOSTA:

Criar uma política de reprodução de saberes e **fazeres** populares, por meio de diversas estratégias, entre elas: a relação com o sistema formal de ensino, a identificação dos chamados “Mestre dos Saberes” ou “Tesouros Humanos”, e sua integração a oficinas-escolas itinerantes, com bolsas para mestres e aprendizes.





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

► DIRETRIZ 2.3 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Capacitar, por meio de projetos de educação à distância, educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como mediadores de leitura e reflexão cultural em escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços comunitários.

PROPOSTA:

Capacitar educadores, bibliotecários e agentes do setor público e da sociedade civil para a atuação como mediadores de leitura e reflexão cultural em escolas, bibliotecas, centros culturais e espaços comunitários.

FOTOS - AMARO TAVARES/SECULT PARA



O deputado federal Zé Geraldo (PT), o secretário estadual Edilson Moura, o coordenador Maurício Dantas e a superintendente do Iphan Maria Dorotêa de Lima

► DIRETRIZ 3.7 DO EIXO 2

ORIGINAL:

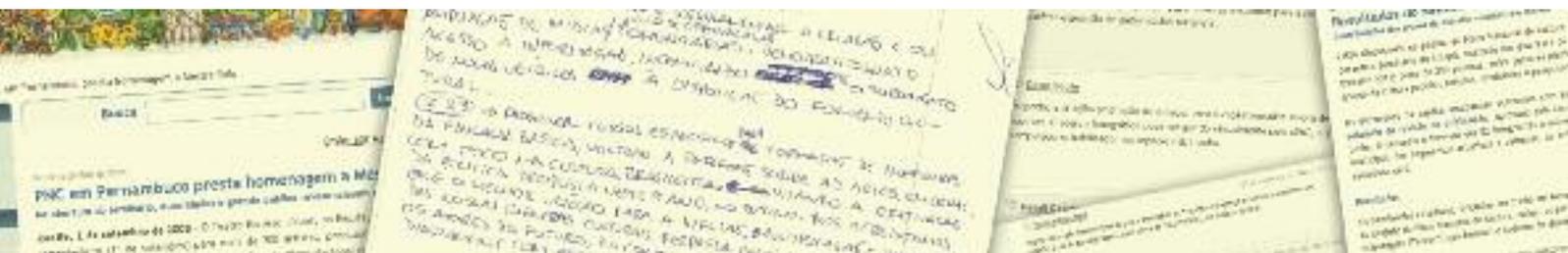
Realizar programas de valorização das línguas indígenas, estimulando a produção e a tradução de documentos oficiais nesses idiomas e o seu reconhecimento como línguas oficiais ante os órgãos públicos das localidades onde vivem os povos falantes.

PROPOSTA:

Realizar programas de valorização das línguas indígenas e **outras comunidades tradicionais**, estimulando a produção e a tradução de documentos oficiais nesses idiomas e o seu reconhecimento como línguas oficiais ante os órgãos públicos das localidades onde vivem os povos falantes.



Diversidade: condução da cerimônia coube ao pai-de-santo Baba Tayandô e à jovem índia tembé Puíra





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

› DIRETRIZ 2.5 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros e revistas e uso da mídia, à internet e outros canais de comunicação para a produção e a difusão da crítica artística e cultural.

PROPOSTA:

Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, **impressos** e uso da mídia, internet e outros canais de comunicação, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural.

› DIRETRIZ 1.1 DO EIXO 3

ORIGINAL:

Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades afro-brasileiras, indígenas e de outros grupos marginalizados.

PROPOSTA:

Fomentar a formação e a manutenção de grupos e organizações coletivas de pesquisa, produção e difusão das artes e expressões culturais, especialmente em locais habitados por comunidades afro-brasileiras, **povos indígenas e outros grupos sociais não incluídos no processo de desenvolvimento econômico e cultural.**

› DIRETRIZ 1.6 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Realizar seleções públicas de capacitação para o setor audiovisual, que atendam especialmente os núcleos populares e organizações sociais de produção, estimulando sua disseminação em todas as regiões do país.

PROPOSTA:

Realizar seleções públicas de capacitação para o **setor cultural**, que atendam especialmente os núcleos populares e organizações sociais de produção, estimulando sua disseminação em todas as regiões do país.

FOTOS - SÉRGIO CALDAS



Solenidade de abertura: seminário foi o último da região Norte



O secretário estadual da Cultura, Robério Braga





Algumas das propostas aprovadas pelos GTs no estado

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os relatórios integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

FOTOS — CARLOS BRAZ



O secretário estadual João Sayad entre o secretário do MinC Gustavo Vidigal e o coordenador Maurício Dantas



A parte musical do evento ficou por conta de Ivan Vilela e Ná Ozzetti

► DIRETRIZ 1.1 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural dos grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas.

PROPOSTA:

Realizar programas de resgate, preservação e difusão da memória artística e cultural **de todos os grupos** que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles que tenham sido vítimas de discriminação e marginalização, como os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas, **idosos, mulheres e migrantes.**

► DIRETRIZ 3.1 DO EIXO 4

ORIGINAL:

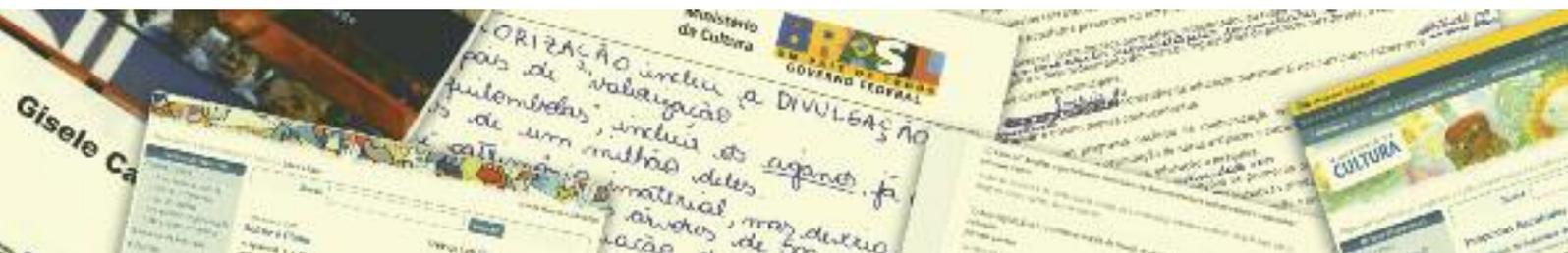
Incentivar modelos de desenvolvimento turístico que respeitem as necessidades e interesses dos visitantes e populações locais, garantindo a preservação do patrimônio, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura.

PROPOSTA:

Incentivar modelos de desenvolvimento turístico sustentável que respeitem as necessidades e **características das populações locais e visitantes**, garantindo a preservação do patrimônio, a difusão da memória sociocultural e a ampliação dos meios de acesso à fruição da cultura.



Também na abertura, o secretário da Identidade e da Diversidade do MinC, Américo Córdula



Outras propostas encaminhadas ao MinC

A numeração segue a do caderno de diretrizes

Para acessar os documentos integrais, visite www.cultura.gov.br/pnc

FÓRUM VIRTUAL

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 2

PROPOSTA:

Incentivar a formação de linhas de pesquisa, experimentações estéticas e reflexão sobre o impacto socioeconômico das inovações no campo da arte contemporânea, estimulando a criação e visando à formação de artistas.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 3

PROPOSTA:

Criar e ampliar os espaços para audição e pesquisa sonora de música em bibliotecas públicas. O acervo fonográfico pode ser gerido virtualmente pelo MinC, e a audição dos arquivos feita via computadores nos espaços habilitados.

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 4

PROPOSTA:

Criar um plano de previdência acessível aos artistas que ainda se encontram na informalidade.

CULTURAS POPULARES

► DIRETRIZ 1.10 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Garantir o funcionamento de departamentos multimídia em todos os órgãos e equipamentos culturais, para o fomento e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando a produção, o consumo e a recepção das obras.

PROPOSTA:

Garantir o funcionamento de **espaços** multimídia em todos os órgãos e equipamentos culturais, para o fomento e difusão da cultura por meio da tecnologia digital, democratizando a produção, o consumo e a recepção das obras.

► DIRETRIZ 2.4 DO EIXO 4

ORIGINAL:

Instituir programas de incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativa privada, organizações sociais e universidades, Sebrae e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

PROPOSTA:

Instituir programas de incubadoras de empresas culturais em parceria com iniciativa privada, organizações sociais e universidades, **instituições internacionais, Sistema S** e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.



› DIRETRIZ 1.10 DO EIXO 5

ORIGINAL:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar a transparência e o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados com recursos captados via mecenato.

PROPOSTA:

Aprimorar os instrumentos legais de forma a facilitar a **participação, a transparência e** o controle social dos processos de seleção e de prestação de contas de projetos incentivados **com recursos públicos**.

ARTE DIGITAL / CNPC

› DIRETRIZ 1.18 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Modernizar e ampliar a capacidade de operação e atendimento, estendendo para todo o território a rede de centros técnicos dedicados à produção e à distribuição de obras audiovisuais.

PROPOSTA:

Modernizar e ampliar a capacidade de operação e atendimento, estendendo para todo o território a rede de centros técnicos dedicados à produção e à distribuição de obras e **ações** audiovisuais, **digitais e que envolvam outras novas tecnologias**.

› DIRETRIZ 2.10 DO EIXO 1

ORIGINAL:

Ampliar as linhas de financiamento de infra-estrutura e o fomento à produção de conteúdos para a rádio e a televisão digital, com vistas à democratização dos meios de comunicação e à valorização da diversidade cultural.

PROPOSTA:

Ampliar as linhas de financiamento de infra-estrutura e o fomento à produção de conteúdos para a rádio, a televisão digital, a **internet e mídias móveis**, com vistas à democratização dos meios de comunicação e **divulgação** e à valorização da diversidade cultural.

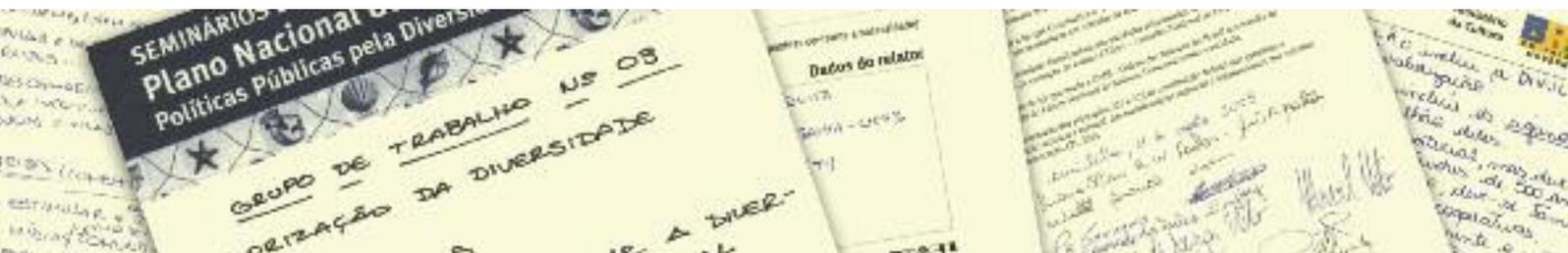
› DIRETRIZ 2.2 DO EIXO 2

ORIGINAL:

Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação e pesquisa, a consolidação das atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e oriundos da sociedade civil organizada.

PROPOSTA:

Fomentar, por meio de editais públicos e parcerias com órgãos de educação, **ciência e tecnologia e** pesquisa, a consolidação das atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e oriundos da sociedade civil organizada.



CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA

OBSERVAÇÕES

Recomenda-se maior atenção às relações culturais do Brasil com os países limítrofes, africanos e de língua portuguesa, além dos organismos internacionais de cultura.

OBSERVAÇÕES

Sugere-se, no que tange à sociedade civil, o incentivo à criação de conselhos municipais de cultura, cine e videoclubes, associações de amigos de teatros e museus, associações de críticos e pesquisadores de arte e cultura.

MINISTÉRIO DO TURISMO

NOVAS DIRETRIZES PARA O EIXO 4

PROPOSTA:

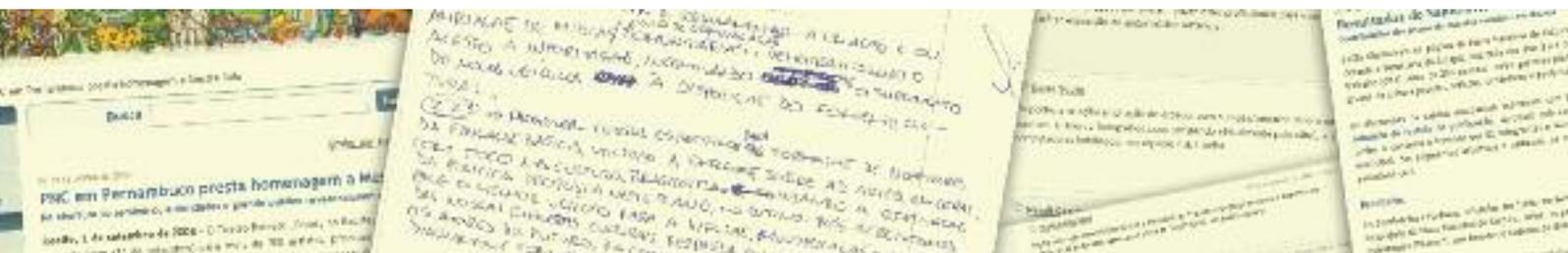
Apoiar e estimular as apresentações culturais representativas para o turismo cultural da região ou município em mercados-alvos, como estratégia para despertar interesse dos potenciais turistas por meio de amostras do que pode ser a totalidade dos aspectos culturais do destino.

PROPOSTA:

Envolver os órgãos de turismo no planejamento das atividades culturais para fins turísticos, envolvendo gestores e empresários de turismo para a promoção desses espaços.

PROPOSTA:

Garantir o funcionamento de equipamentos e edificações de interesse cultural compatível com a atividade turística.

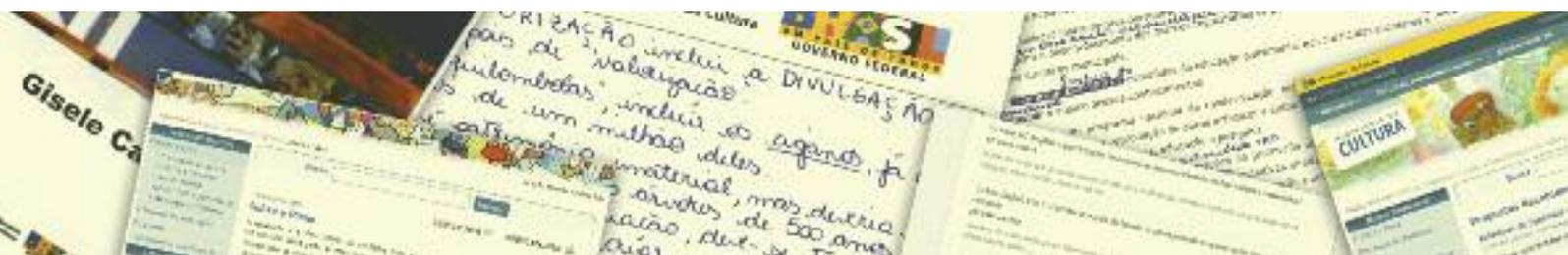


PROEXT CULTURA

NOVA DIRETRIZ PARA O EIXO 2

PROPOSTA:

Desenvolver uma política de apoio à produção cultural universitária que reconheça e valorize o espaço desempenhado por ela nas cidades brasileiras. Incorporar uma linha permanente de fomento, que contemple projetos de diferentes temporalidades e distintas ordens de recursos, de forma que a política considere o tempo da cultura e não apenas o da universidade.



O relato de quem participou



Recebi com alegria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados a missão de relatar o projeto de lei (PL 6.835/2006), dos deputados Gilmar Machado (PT), Paulo Rubem Santiago (PDT) e Lara Bernardi (PT), que vai estabelecer o Plano Nacional de Cultura. Com ele dotaremos o País de um instrumento legal e de controle social, elaborado após amplo debate realizado de forma participativa e democrática pelo meio cultural. Será um importante legado para o fortalecimento da política cultural do País. O PNC promoverá a valorização do patrimônio cultural, bem como a difusão de bens culturais materiais e imateriais e a democratização do acesso aos bens de cultura. Apresentarei um substitutivo ao PL incorporando as propostas gestadas pelo debate nacional. Também está em discussão a PEC 150, alteração na Constituição que define o percentual de investimentos na cultura. Como políticas de Estado, ambas são vitais e complementares.

Fátima Bezerra – deputada federal (PT-RN), relatora do PNC



O processo foi muito rico, notadamente porque em todos os estados houve o esforço das secretarias de cultura por mobilizar pessoas dos municípios que não somente o que sediou o seminário. Isso contribui para que o PNC represente a diversidade geográfica e sociocultural brasileira. O Fórum de Secretários de Cultura, além de acompanhar a elaboração e o processo de implementação do PNC nos estados, pretende estimulá-los, assim como aos municípios, para que discutam, através das respectivas conferências, os seus próprios planos. Eles são importantes como conteúdos e, ao mesmo tempo, continentes dos sistemas de cultura. Com as estruturas do Sistema implantadas em cada vez mais locais e com o aporte financeiro de programas como o Mais Cultura, temos um processo singular de implementação de políticas públicas para a cultura no País, trazendo-as para o centro dos debates políticos e conferindo-lhes teor institucional.

Daniel Sant'Ana – presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e diretor-presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (Governo do Acre)



O seminário aqui de Mato Grosso foi muito bom. O empoderamento da sociedade fica maior. Tivemos condições para discussão, para o crescimento enquanto cultura. Acho que seria interessante até ter mais, com mais participantes. O encontro permitiu um crescimento. Eu, que toco, que canto, que festo, que faço cultura, consegui ter uma visão ampla da discussão. Não ficou centralizada, foram vários segmentos. Isso foi proveitoso. Particpei do grupo sobre diversidade. Com a diversidade a gente cresce, porque são várias, cada um com sua especificidade e suas dificuldades. Moro numa cidadezinha, Várzea Grande, separada de Cuiabá pelo rio. Nossa diferença cultural é grande, a capital está mais evoluída. Estou na briga para a valorização da cultura no nosso município, que não tem secretaria específica para a área, é junto com a de educação.

Jacinta Domingas do Espírito Santo – presidente da Associação 5ªal Artístico





A construção do PNC é um momento histórico. Nosso País terá, a partir de agora, um planejamento estratégico, focado na diversidade do povo brasileiro e construído no amplo debate com a sociedade civil. Entretanto, os ganhos vão além. O trabalho simultâneo entre Executivo e Legislativo criou uma nova parceria: pela primeira vez, Ministério e Congresso atuaram conjuntamente, unindo forças em prol desse projeto, que colocará a cultura no lugar de destaque que merece ter no cenário político nacional.

Deputados e senadores desempenham papel fundamental neste contexto inovador. Por isso, tenho certeza, reconhecem a atribuição que lhes cabe: aprovar o projeto de lei do PNC, criando um instrumento definitivo para a consolidação da política nacional de cultura.

José Fernando Aparecido de Oliveira – deputado federal (PV-MG), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura



Um critério básico adotado na revisão do PNC foi a fidelidade ao espírito da 1ª Conferência Nacional de Cultura. Através da participação de mais de 60 mil brasileiros, esse evento histórico conferiu legitimidade às principais reivindicações da sociedade em relação à política cultural do Estado, expressas no Plano. Três temas mereceram especial atenção nas mudanças que propusemos, aprovadas com largo consenso pelo plenário do CNPC: a) o Sistema Nacional de Cultura (SNC), uma das prioridades da CNC, que na nova redação recuperou sua importância estratégica para a execução do PNC; b) o aprimoramento da gestão coletiva dos direitos autorais, com maior transparência, controle social e supervisão do Estado; c) a garantia da veiculação e divulgação das produções e manifestações culturais regionais em rádio e televisão, através da regulamentação do Artigo 221 da Constituição Federal.

Álvaro Santi – relator da Comissão Temática do Plano Nacional de Cultura no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)





A construção do PNC é um divisor de águas para a cultura e a consolidação da democracia brasileira. Todos nos sentimos sujeitos dessa ação construída numa interação com todos os segmentos culturais. Avançamos sobre o próprio reconhecimento de quem somos e daí confiarmos num planejamento de alcance nacional. No Piauí, o processo, com as conferências e seminários municipais e estaduais, avivou demandas comprimidas, vigorando manifestações culturais e artísticas que jamais foram vistas por nossa população e muito menos pelas esferas de governo, como é o caso das tradições quilombolas e de remanescentes indígenas. Hoje, a revisão sobre o caráter econômico da cultura, respeitadas as especificidades simbólicas, coloca-a como fundamental para o desenvolvimento da nação brasileira. Mais uma vez “o poeta desfolha a bandeira”. Acreditemos em um novo amanhã. Viva a diversidade.

Salve a cultura brasileira.

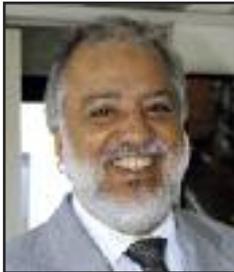
Sônia Terra – presidente da Fundação Cultural do Piauí, presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura em 2008



Foi na 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005 em Brasília, que tive a noção do que seria o Plano Nacional de Cultura. Éramos 1.200 artistas e agentes culturais de 25 estados muito empenhados na discussão de uma proposta. Foi um momento muito emocionante, como se todas aquelas pessoas estivessem esperando por isso há muito tempo, nosso grito abafado na garganta finalmente poderia sair. Em 2008 aconteceu o Seminário do PNC em Santa Catarina, no qual a participação e a discussão foram ampliadas e nosso estado sentiu-se mais contemplado, colaborando efetivamente no processo. O MinC vem realizando um trabalho em que o discurso combina com a prática, e isso me faz ter certeza de que estamos verdadeiramente construindo um novo caminho, de forma coletiva e única como merece o nosso País, tão grande em dimensão e não menos diverso em sua cultura.

Leone Silva - presidente da Federação Catarinense de Teatro (Fecate)





O seminário sobre o PNC na Bahia reuniu 300 cidadãos vindos de seus territórios de identidade, entre gestores, representantes dos setores artísticos, empreendedores, artesãos, intelectuais, militantes – trabalhadores do setor público e privado – em um rico debate a fim de definir uma política cultural para os próximos dez anos. Entre as 80 propostas de alterações, uma é muito cara à Bahia: o reforço da importância do patrimônio cultural afro-brasileiro em todas as áreas da cultura. A Secult-BA trabalha em sintonia com o MinC no esforço de estruturar a gestão da cultura no País, institucionalizando a relação dos produtores com o estado, definindo o papel das esferas federal, estadual e municipal. A criação de um sistema estadual prevê o fortalecimento dos municípios e a criação de seus planos. Estamos prestando toda a assistência aos municípios baianos para que o Sistema Nacional de Cultura seja uma realidade.

Márcio Meirelles – secretário de Cultura da Bahia



Como ativista do movimento Hip-Hop, entendo que o grande significado do seminário do PNC em Porto Velho foi a construção de novos paradigmas na elaboração de políticas públicas culturais, pois sinaliza de forma concreta a participação popular nas políticas públicas do Brasil. Penso que o PNC incorpora na agenda das políticas públicas culturais linguagens e segmentos que historicamente foram excluídos pelo Estado brasileiro, além de ter uma visão de intersectorialidade, fundamental para inclusão desses segmentos, tendo em vista que outras áreas governamentais já trabalham com os mesmos.

Edjales Fama – coordenador do Movimento Hip-Hop da Floresta, de Rondônia



O seminário do PNC representou um avanço na discussão de cultura na capital capixaba, proporcionando uma ampliação dos debates que fizeram parte da 1ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em junho de 2008, com o objetivo de propor as diretrizes para a implementação da política e do Plano Municipal de Cultura. A inserção de novos grupos e movimentos culturais da cidade nas discussões dos temas propostos para o PNC permitiu que novas diretrizes fossem agregadas àquelas definidas na Conferência Municipal, garantindo maior representatividade da diversidade das idéias, das propostas de gestão e da realidade cultural da cidade na formulação do Plano Municipal.

Maria Helena Signorelli – secretária de Cultura de Vitória (ES) 2005-2008



Nas telas, nas páginas e nos microfones

Ao longo de 2008, a difusão do conteúdo do PNC nos meios de comunicação permitiu que mais pessoas soubessem de sua existência e opinassem sobre seu teor. O Ministério da Cultura, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara e as secretarias estaduais de cultura optaram por investir nessa frente por entender que se tratava de um fator para garantir transparência ao processo de discussão e qualificar o projeto. Ele teve uma repercussão positiva em jornais, revistas, rádios, TVs, agências de notícias e *blogs*.

O lançamento do caderno de diretrizes do Plano, em junho de 2008, ampliou o conhecimento público sobre suas propostas, cuja redação havia sido consolidada em 2007. O ato foi noticiado pela maioria das publicações diárias e semanais de maior tiragem, como *Época*, *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo*.

A Agência Brasil, noticiário da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), detalhou o caderno em uma série de matérias. Destacou as proposições relativas a ampliação do ensino de música, revisão da legislação sobre direitos autorais, universalização do acesso e valorização da produção regional. Também lembrou a existência da proposta de emenda à Constituição que estabelece patamares orçamentários para a cultura – a PEC 150, que não faz parte do Plano, mas se relaciona com seus objetivos ligados à busca de recursos para o setor.

No site Cultura e Mercado, o editor Leonardo Brant exortou os leitores a comemorarem a publicação do caderno (“Cultura em primeiro plano”, 03/06/2008). Destacou o “processo que envolveu milhares de pessoas de todo o Brasil e conta com o melhor do Ministério da Cultura”. E avaliou: “Descontaminado, assertivo, pragmático e republicano, o PNC [...] corre pela tangente, ao largo da fúria do mercado e do desespero de artistas e produtores em busca de sobrevivência.”

O articulista Eleilson Leite, da publicação *Le Monde Diplomatique*, afirmou: “Se tudo caminhar como o Minc está planejando, será um marco histórico para a política de cultura no Brasil. Aliás, teremos pela primeira



vez na história 'deste país', uma política de cultura.” No artigo “Plano Nacional de Cultura: realidade ou ficção?” (07/06/2008), ele aponta, por outro lado, a preocupação com a falta de “dutos” (condições materiais, de estrutura) para que as diretrizes se concretizem. E fala na necessidade de “ganhar as cidades”, o poder público municipal, para garantir efetividade ao Plano.

“Um mapa de navegação de alto nível, construído com ampla e diversa participação que vai facilitar a agilizar a tomada de grandes decisões” foi como o ex-secretário de Fomento do MinC Sérgio Xavier definiu o caderno de diretrizes em entrevista a Cultura e Mercado (09/06/2008). Segundo ele, a publicação “consolida bases altamente consistentes e democráticas para orientar todas as políticas e ações daqui pra frente”.

No texto “Discutindo o Plano Nacional de Cultura”, o professor Antonio Albino Canelas Rubim, da Universidade Federal da Bahia, conclui que o debate então em curso “condensa uma plêiade de possibilidades muito promissoras para as políticas culturais no Brasil”. O pesquisador, que preside o Conselho Estadual de Cultura da Bahia, ressalta a possibilidade de o País ter um projeto com tal caráter pela primeira vez e contar com políticas de prazo amplo a partir da “realização aberta, democrática e qualificada deste processo de debate e decisão”. Como ressalvas, ele identifica no caderno falta de objetividade e pouca atenção ao Sistema Nacional de Cultura e às manifestações das periferias. Critica também o diagnóstico “frágil e fragmentado” e afirma que “o plano carece de precisar problemas, prioridades e metas”.

Vários veículos de abrangência nacional foram convidados pelo Ministério da Cultura para acompanhar os seminários estaduais. Aceitaram o convite e destacaram enviados para a cobertura: TV NBr/A Voz do Brasil (eventos de Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo), *Le Monde Diplomatique* (Belo Horizonte e Fortaleza), Agência Brasil (Salvador), *Carta Capital* (Belo Horizonte), revista *Fórum* (Belo Horizonte) e Rádio Nacional da Amazônia (Rio Branco). Dessa forma, o conteúdo debatido chegou a cidadãos que não puderam se deslocar para os encontros.



Com a NBr e *A Voz do Brasil* – respectivamente canal de TV e programa de rádio da EBC focados nos atos do governo federal – a coordenação do PNC traçou um plano de cobertura especial. Além do acompanhamento in loco de debates com equipe conjunta, o canal e o programa veicularam entrevistas, chamadas antecipando os eventos e boletins sobre a consolidação dos resultados. Um VT na programação da NBr orientava os cidadãos para a participação no fórum virtual do projeto.

A Rádio Nacional e a Rádio Nacional da Amazônia, outros braços da EBC, também deram destaque ao processo. Cobriram presencialmente o seminário do Acre e, com entrevistas, difundiram a atualização da sequência participativa.

O site de *Le Monde Diplomatique* publicou uma entrevista de capa com Alfredo Manevy, então secretário de Políticas Culturais. O atual secretário executivo do MinC descreveu o Plano como “um instrumento que vai garantir o estabelecimento da política cultural como estratégia do Estado” com o objetivo de evitar retrocessos quanto à centralidade conferida à área nos últimos anos.

A revista *Fórum*, por sua vez, publicou em boletim eletrônico entrevistas com o então deputado Frank Aguiar (relator do projeto de lei à época) e o então presidente da Funarte, Celso Frateschi.

A importância de se alinhar ao Plano Nacional e seu uso como uma bússola transparecem nas entrevistas iniciais de novos secretários de cultura, caso de Renato L, em Recife (*Folha de Pernambuco*, 16/12/2008), bem como em fala do novo presidente do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, Daniel Sant’Ana, que citou entre as atividades da entidade a construção de “um Plano Nacional de Cultura que seja representativo da diversidade e das identidades culturais do Brasil” (Portal Fora do Eixo, 18/12/2008). O projeto chegou a ser citado pelo então candidato a prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes, hoje no exercício do cargo (“Paes e Gabeira falam em otimizar cultura, mas sem planejamento claro”, *JB Online*, 22/10/2008).



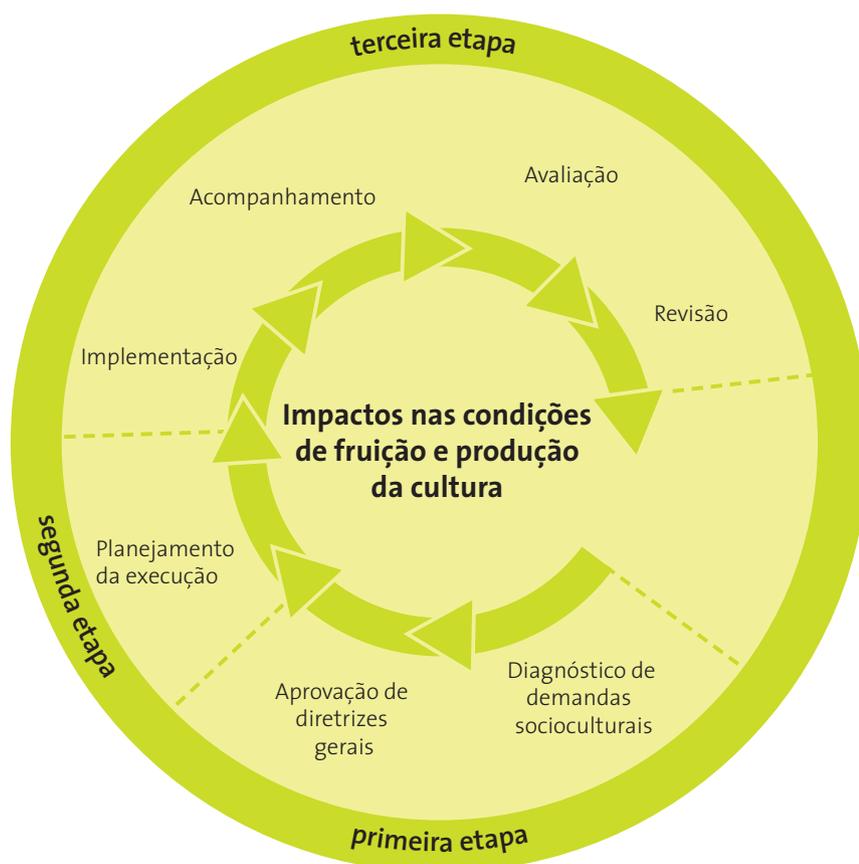
No que diz respeito ao MinC, o reconhecimento da importância do Plano foi reiterado nas declarações de seus dirigentes aos meios de comunicação. A elaboração do PNC foi destacada por Gilberto Gil em diversas entrevistas de balanço na sua saída do Ministério da Cultura. Da mesma forma, o ministro Juca Ferreira, após tomar posse no fim de agosto, citou em várias ocasiões a finalização do projeto e sua aprovação no Congresso como uma das prioridades de sua gestão. Em 2008, ambos tiveram artigos sobre o tema publicados em jornais de grande circulação (respectivamente, *Estado de Minas* e *Folha de S.Paulo*). Indicadores utilizados como ponto de partida para proposição de ações, reproduzidos no caderno de diretrizes, orientaram algumas análises. Um exemplo é o artigo “Falta à dança o reconhecimento como uma atividade produtiva”, de Helena Katz (*O Estado de S.Paulo*, 02/01/2009). Por fim, o acompanhamento da imprensa e do universo dos *blogs* mostra que o Plano Nacional de Cultura foi tema de mesas em diversos eventos locais e regionais e entrou para o leque de referências de jornalistas, blogueiros, militantes e especialistas.



Planejar é preciso

A elaboração do PNC se insere na lógica do planejamento das políticas públicas, que consiste num processo de decisão construído política e socialmente com os diversos atores interessados. O monitoramento e a avaliação devem subsidiar todo o ciclo dessas políticas, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e para o processo de aprendizagem institucional. O mecanismo é decisivo para dimensionar a eficiência, a eficácia e a efetividade das linhas adotadas.

Os processos de avaliação estão cada vez mais institucionalizados, o que demanda comprometimento dos governos com avaliações constantes e sistemáticas, já que essa etapa é a forma pela qual os órgãos governamentais podem prestar contas à sociedade pelo uso dos recursos públicos. Do ponto de vista do cidadão, a avaliação permite o controle social sobre o uso da verba.



Etapas futuras

Para a execução, o acompanhamento e a avaliação de resultados do Plano Nacional de Cultura, será preciso contar com a atuação integrada de instituições públicas e organizações da sociedade civil. Trata-se de um fator decisivo para que a política cultural produza mudanças no panorama do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania do povo brasileiro.

Após sua aprovação pelo Congresso, o PNC deverá passar por outras etapas igualmente participativas e transparentes. Em um primeiro momento, nos dois primeiros anos de vigência do Plano, serão formulados programas e planos segmentados (a começar por artes visuais, circo, dança, música e teatro), e regionais, de forma articulada com o governo de estados e municípios, com a projeção das metas correspondentes e divisão de responsabilidades de execução e fiscalização.

Os desdobramentos setoriais foram iniciados, e estados e municípios já têm procurado o MinC para a celebração de acordos de cooperação técnica voltados à elaboração de seus respectivos planos.

Por fim, ocorrerão a implementação, o acompanhamento, a avaliação de resultados e a revisão periódica das ações inicialmente previstas.

O Plano Nacional de Cultura representará ainda um marco de regulação de longo prazo para as políticas públicas do setor em todo o País. Em seus dez anos de duração, deverá englobar e indicar parâmetros para ações de médio e curto prazo, como o Plano Plurianual (PPA), que estabelece medidas e metas governamentais para um período de quatro anos, e a execução orçamentária anual de programas e ações do Poder Executivo nos âmbitos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Sistema de acompanhamento e avaliação

A formação de um sistema integrado de gestão e acompanhamento do Plano Nacional de Cultura determinará uma efetiva coordenação de recursos e ações públicas. O funcionamento do sistema deve considerar a dinâmica complexa dos fenômenos culturais, que não podem ser planejados pelo Estado. É necessário garantir atenção não só às ações do próprio PNC, como também àquelas que serão executadas pelos planos estaduais, municipais e setoriais. A implantação e o desenvolvimento desse sistema dependerão, portanto, da coordenação das atribuições exercidas pelos respectivos órgãos responsáveis e acompanhadas pelos espaços colegiados de participação social.

Desse modo, a consolidação do sistema de acompanhamento e avaliação do PNC terá entre os seus desafios a organização de uma rede cooperativa de instituições e agentes. Essa rede contribuirá para o monitoramento de resultados e projeção de indicadores que servirão para a tomada de decisão sobre a revisão periódica dos rumos das políticas em andamento, conforme se alterem as circunstâncias e as demandas da sociedade.

A avaliação do Plano Nacional de Cultura deve se valer também dos dados e das análises qualitativas e quantitativas procedentes do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, que deverá conjugar o trabalho dos centros de excelência em estudos, pesquisas e estatísticas, bem como das instituições integrantes do Sistema Nacional de Cultura.

Ao Ministério da Cultura caberá o importante papel de indutor e promotor de cooperação técnica e financeira. Sua missão será ajudar a corrigir diferenças regionais, elevando a qualidade geral do acesso à cultura e aos recursos públicos destinados ao desenvolvimento sociocultural e à valorização da diversidade.

Impresso na Stilgraf, em abril de 2009

Capa: Supremo Alta Alvura 250g/m²

Miolo: Reciclato 90g/m²

Tiragem: 20 mil exemplares

O Brasil poderá ganhar, ainda este ano, seu primeiro Plano Nacional de Cultura. Seu conteúdo resulta de um intenso processo de participação, de estudos e pesquisas e de uma parceria entre os poderes Executivo e Legislativo.



Conheça e acompanhe o PNC!
Em breve o texto do substitutivo do projeto
será divulgado e irá a voto no
Congresso Nacional para virar lei.

www.cultura.gov.br/pnc

realização

Ministério
da Cultura

